

DECRESCIMENTO, CRISE, CAPITALISMO
CARLOS TAIBO



DECRESCIMENTO, CRISE, CAPITALISMO

DECRESCIMENTO, CRISE, CAPITALISMO

—

Carlos Taibo

Carlos Taibo,
Estaleiro Editora, 2010

Associação Cultural Estaleiro
estaleiroeditora@gmail.com
www.estaleiroeditora.org




Revisão e correcção:
Carlos Diegues
Vitor Suárez Diaz

Desenho e paginação:
Nadina B. S.

Depósito Legal:
ISBN: 978-84-614-1711-7
Impresso em: Publidisa



És livre para copiar, distribuir, exhibir e executar a obra,
sob as seguintes condições:

-  Atribuição. A pessoa utilizadora deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.
-  Partilha nos termos da mesma Licença. Se alterares, transformares ou criares outra obra com base nesta, só poderás distribuir a obra resultante através de uma licença idêntica a esta.
-  Uso Não-Comercial. Não podes utilizar esta obra para fins comerciais.

No comboio descendente
vinha tudo à gargalhada.
Uns por verem rir os outros
e outros sem ser por nada.
No comboio descendente
de Queluz à Cruz Quebrada...

No comboio descendente
vinham todos à janela.
Uns calados para os outros
e outros a dar-lhes trela.
No comboio descendente
de Cruz Quebrada a Palmela...

No comboio descendente
mas que grande reinação!
Uns dormindo, outros com sono,
e outros nem sim nem não.
No comboio descendente
de Palmela a Portimão.

Fernando Pessoa

Apresentação

Todas as disciplinas empregam conceitos que, teóricos ou instrumentais, configuram o núcleo das suas apreciações. No caso da economia, entre esses conceitos contam-se, com singular peso hoje, os de *crescimento*, *produtividade* e *competitividade*, de tal maneira que se supõe que os ganhos, no que atinge a esses três elementos configuram por necessidade, sempre, dados positivos.

No que diz respeito, de maneira mais precisa, ao crescimento, a ciência econômica realmente existente considera, com clareza, que constitui uma espécie de panaceia resolutória de todos os problemas. O que se nos diz é que ali onde há crescimento econômico a coesão social progride, os serviços públicos se assentam de forma razoável, a pobreza recua e, em fim, e por deixar as coisas assim, o desemprego se reduz. Poucas declarações retratam melhor esta percepção dos fatos, na sua relação com os iminentes problemas ecológicos que devemos enfrentar, que a formulada em 2002 pelo presidente norte-americano George Bush. Lho: «O crescimento é a chave do progresso ambiental, na medida em que proporciona os recursos que permitem investir nas tecnologias apropriadas: é a solução, não o problema»¹. Se quisermos agregar outra significativa declaração que bebe da mesma percepção, eis as palavras de Gao Feng, responsável pela delegação chinesa nas negociações sobre a mudança climática, para quem o desenvolvimento sustentável

¹ S. LATOUCHE, «Per una società della decrescita», em M. Bonaiuti (dir.), *Obiettivo decrescita* (Missionaria Italiana, Bolonia, 2003), pág. 13.

remete para a ideia dum «crescimento e um desenvolvimento que não devem ver-se submetidos a obstáculos»².

Nas páginas deste texto —que recolhe parcialmente, revistos, trabalhos publicados anteriormente em livros, jornais e revistas—, o que nos propomos é, por cima de tudo, discutir se o crescimento económico é essa fonte permanente de dados saudáveis que tantos apreciam ou se, pelo contrário, e como parece, por trás do conceito, e da prática correspondente, há demasiados equívocos e armadilhas para deixá-los no esquecimento. Se assim se quiser, e como rapidamente poderá ver-se, a discussão que nos atrai empraça-nos nos debates relativos à crise que o capitalismo global arrasta desde há tempo e à visível e interessada levandade das respostas que mereceu nos círculos oficiais. Se devermos adiantar um argumento forte ao respeito, diremos que hoje, no Norte desenvolvido, não é imaginável um projeto anticapitalista que não aposte ao mesmo tempo no decrescimento, da mesma maneira que não é fácil imaginar um projeto de decrescimento que não seja ao tempo orgulhosamente contestatário do capitalismo e as suas lógicas.

Carlos Taibo, Madrid, outubro de 2009

² S. LATOUCHE, *Le pari de la décroissance* (Fayard, Paris, 2006), pág. 119.

1.

Sobram as evidências que invitam a rezear das virtudes do crescimento econômico. Digamos, em primeiro lugar, e em relação com a a rmação do ex-presidente Bush que resenhamos na apresentação, que muitos dos problemas meio-ambientais que o crescimento ajudaria a resolver são criados pelo próprio crescimento, ao tempo que convém alimentar sérias dúvidas de que este permita resolvê-los. Maior relevo corresponde, porém, a outro fato: há motivos sólidos para a rmar que o crescimento provoca agressões meio-ambientais amiúde irreversíveis, permite o esgotamento de recursos escassos que não vão estar à disposição das gerações vindouras e não facilita a coesão social, ou ao menos não o faz sempre. Em relação com isto último, não há dados que con rmem que as notáveis melhoras registradas no Produto Interno Bruto (PIB) dos países ocidentais nos últimos decênios se traduzissem numa maior coesão no terreno social: pelo contrário, geraram maiores diferenças e um signi cativo engrossamento dos grupos mais pobres da população e, com ele, do desemprego³. Outro tanto cumpre dizer do acontecido, em muitos lugares do Terceiro Mundo, ao abrigo da globalização capitalista, que com frequência tem permitido, sim, um crescimento importante, mas à custo, é claro, de reduzir visivelmente a coesão.

Não existe, aliás, nenhuma relação certi cável entre crescimento e democracia. No que atinge a isto último, lembre-se que a ditadura de Augusto Pinochet em Chile se acompanhou de níveis altos de crescimento, que também está a crescer es-

3 V. CHEYNET, *Le choc de la décroissance* (Seuil, Paris, 2008), pág. 83.

petacularmente um país, a China, dotado dum sistema autoritário, ou que o crescimento estado-unidense dos últimos decênios não parece que tivesse sequela alguma saudável em termos de qualidade democrática. Num sentido mais profundo, é legítimo afirmar que, ao provocar um inevitável esgotamento de recursos, no longo prazo o crescimento alimenta um mecanismo muito agudo de quebra das regras de jogo da democracia⁴.

Para além do assinalado, o crescimento nos países do Norte —e amiúde também nos do Sul— facilita o assentamento dum modo de vida escravo que faz pensar que quantas mais horas se trabalharem, mais dinheiro se ganhar e, especialmente, mais bens se consumirem, maior será a felicidade. Retratemos a condição desse modo de vida escravo através duma anedota onipresente na literatura que contesta as virtudes do crescimento. «Numa pequena povoação da costa mexicana um norte-americano aproxima-se dum pescador que está prestes a dormir a sua sesta e pergunta-lhe: ‘Por que não dedica mais tempo a pescar no mar?’’. O mexicano responde que o seu trabalho quotidiano lhe permite atender de maneira suficiente as necessidades da sua família. O norteamericano pergunta então: ‘Que faz o resto do tempo?’’. ‘Acordo tarde, pesco um pouco, jogo com os meus filhos, durmo a sesta com a minha mulher, pela tarde combino com os meus amigos. Bebemos vinho e tocamos guitarra. Tenho uma vida plena’. O norteamericano interrompe: ‘Siga o meu conselho: dedique mais tempo à pesca. Com os benefícios, poderá comprar um barco mais grande e abrir a sua própria fábrica. Trasladar-se-á à Cidade de México, e depois a Nova Iorque, onde dirigirá os seus negócios’. ‘E depois?’’, pergunta o me-

⁴ *Ibidem*, págs. 42-43.

xicano. 'Depois a sua empresa cotará na Bolsa e ganhará muito dinheiro.' 'E depois?', replica o pescador. 'Depois poderá reformar-se, viver numa pequena vila da costa, acordar tarde, jogar com os seus filhos, pescar um bocado, dormir a sesta com a sua mulher e passar a tarde com os amigos, a beber vinho e a tocar guitarra'»⁵. Permite-se-nos agregar que, embora pareça claro que é o que retrata esta anedota, deixa sem cobrir um ponto importante, na medida em que não explica qual é o número de horas que trabalhava a mulher do mexicano protagonista...

Importa nomeadamente sublinhar as consequências arrasadoras desse modo de vida escravo. Em virtude dum excelso paradoxo, buscamos o trabalho ainda que saibamos que nos faz dano. Pela sem-razão de semelhante opção interessa-se Nicholas Georgescu-Roegen: «Devíamos curar doutra doença que denominei 'a síndrome do barbeador'. Queremos fazer a barba mais depressa e assim ter mais tempo para idear uma máquina de barbear ainda mais rápida, de maneira que possamos gastar mais tempo noutra ainda mais rápida»⁶. É a mesma armadilha a que se referiu no seu momento Alexis de Tocqueville: «Se os seus assuntos privados lhe deixavam algo de ócio, mergulhava instantaneamente no turbilhão da política. E se no final dum ano de trabalho ininterrompido percebia que tinha uns dias de férias, a sua impaciente curiosidade fazia-o deambular pela vasta extensão dos Estados Unidos, e viajava mil e quinhentas milhas em poucos dias para se libertar da sua felicidade. Assim, a completa felicidade sempre escapava deles»⁷.

5 N. RIDOUX, *La décroissance pour tous* (Parangon/Vs, Lyon, 2006), págs. 118-119.

6 N. GEORGESCU-ROEGEN, *Ensayos bioeconómicos* (Catarata, Madrid, 2007), pág. 84.

7 Cit. em *ibidem*.

Num sentido paralelo, em m, Ernest García lembra uma cousa que Peter Ka a sugeriu: «A crise ecológica é por cima de tudo um assunto de velocidade e globalização. Um sistema devém insustentável se (a) acelera em demasia e não tem tempo de seleccionar as adaptações mais viáveis e (b) se globaliza demasiado, isto é, se se torna incapaz de fracassar nalgumas das suas partes enquanto sobrevive noutras, e joga tudo numa única carta»⁸. Jorge Riechmann tem assinalado, pela sua parte, que «uma cultura ecológica não pode ser senão uma cultura dos ritmos pausados, os tempos lentos»⁹. Riechmann tem escrito também que «o domínio do tempo é uma forma básica de poder —talvez a principal forma básica de poder—. Poder sobre outros (compra-venda do tempo de trabalho); mas também poder sobre um próprio (autodomínio para governar o meu tempo vital conforme aos meus próprios desejos e interesses, numa época em que a indústria de produção de conteúdos de consciência se vangloria de manter as pessoas pasmadas face ao ecrã tantas horas por dia)»¹⁰.

8 J. RIECHMANN, *Gente que no quiere viajar a Marte* (Catarata, Madrid, 2004), pág. 209.

9 *Ibidem*, pág. 213.

10 *Ibidem*, pág. 223.

2.

Convém interessarmo-nos por um conceito próximo do de *crescimento*, o de *desenvolvimento*, aparentemente mais suave e benigno, menos impregnado, em suma, pelo quantitativo. É verdade, para começar, que o do desenvolvimento serve para acantoar o vigor de termos duros como os que falam de *acumulação de capital*, *exploração da força de trabalho*, *imperialismo* ou *dominação planetária*¹¹, e para trasladar também a imagem de que aquilo do que falamos nada tem a ver com eles. Agreguemos que estamos perante uma fórmula que parece contentar a quase todos: ricos e pobres, patrões e trabalhadores, o Norte e o Sul..., circunstância que invita, claro, à suspeita¹².

«Há palavras doces» —assevera Serge Latouche—, «palavras que são um bálsamo para o coração e palavras que ferem. Há palavras que comovem um povo e subvertem o mundo. E há palavras veneno, palavras que se infiltram no sangue como uma droga, pervertem o desejo e escurecem o juízo. ‘Desenvolvimento’ é uma destas palavras tóxicas»¹³. Para ocultá-lo não servem de muito, aliás, os intentos de matizar o significado do vocábulo que nos interessa através da agregação de adjetivos vários: *autocentrado*, *endógeno*, *participativo*, *comunitário*, *integrado*, *autêntico*, *autônomo*, *popular*, *equitativo*, *duradouro*. A isso haveria que unir o que significam termos como *desenvolvimento local*, *microdesenvolvimento*, *endodesenvolvimento*, *de-*

11 S. Latouche, *Survivre au développement* (Mille et une nuits, Paris, 2004), pág. 30.

12 *Ibidem*, pág. 67.

13 *Ibidem*, pág. 29.

*desenvolvimento social, desenvolvimento humano...*¹⁴ O problema principal do conceito de *desenvolvimento* que utilizamos é que está claramente impregnado, nos fatos, de todos os traços próprios do crescimento. O desenvolvimento realmente existente, por dizê-lo doutra maneira, aspira a transformar em mercado-raria as relações entre os seres humanos e as que estes mantêm com a natureza¹⁵. Trata-se, por conseguinte, duma empresa agressiva tanto com esta última como com os povos, na linha da colonização do passado e da globalização do presente¹⁶.

A melhor demonstração das misérias que acompanham o desenvolvimento é a ladainha que obriga a vincular este com os adjetivos *sustentável* e *duradouro*. A inanidade de tais adjetivos revela-se, com um bocado de ironia, na necessidade de postular uma «sustentabilidade sustentável»¹⁷. Na realidade, acontece algo parecido com o termo *desenvolvimento local*, que não consegue esconder que graças a ele, e em muitos casos, o local tem passado a responder obscenamente aos interesses dos poderes económicos e financeiros¹⁸. Como assinala o citado Latouche, o de *desenvolvimento insustentável* tinha ao menos a virtude de recordar que o processo devia terminar, por lógica, nalgum momento, o qual não pode ser dito, pelo contrário, do *desenvolvimento sustentável*¹⁹. Latouche é acompanhado nas críticas por James Lovelock, quem lembra que para o *Interna-*

14 S. Latouche, *Décoloniser l'imaginaire* (Parangon/Vs, Lyon, 2005), págs. 13-14.

15 *Ibidem*, pág. 12.

16 *Ibidem*.

17 Latouche, *Le pari...*, pág. 122.

18 Latouche, *Survivre...*, pág. 45.

19 *Ibidem*, pág. 68.

tional Geosphere Biosphere Program «o desenvolvimento sustentável é um objetivo móvel: representa um contínuo esforço para equilibrar e integrar os alicerces do bem-estar social, a prosperidade econômica e a proteção ambiental em benefício das gerações presentes e futuras». Lovelock apostila que, embora muitos considerem semelhante opção superior à do *laissez faire*, a *na*l uma e outra compartilham um horizonte comum: a probabilidade duma desastrosa mudança global²⁰. «Esperar que o desenvolvimento sustentável ou a *con* ança nos negócios *con* gurem políticas viáveis é igual que esperar que a vítima dum cancro de pulmão cure se deixa de fumar; ambas medidas negam a existência duma enfermidade da Terra», assinala este autor²¹. O de *desenvolvimento sustentável* tem um bom contraponto —dito seja pelo caminho— na opinião do dirigente chinês que citamos na apresentação, como o tem no critério que defende desde há tempo a British Petroleum: o desenvolvimento duradouro «é por cima de tudo produzir mais energia, mais petróleo, mais gás, talvez mais carvão e energia nuclear, e, naturalmente, mais energias renováveis. É preciso assegurar-se ao mesmo tempo de que isto não se faz em detrimento do meio ambiente»²².

Bernard Hours a rma que «o desenvolvimento se apresenta como um notável instrumento de neocolonização em virtude duma dimensão pedagógica que reclama ajuda e assistência»²³. As suas vítimas, aliás, não costumam apreciar outro remédio

20 J. Lovelock, *e revenge of Gaia* (Penguin, Harmondsworth, 2007), págs. 3-4.

21 *Ibidem*, pág. 4.

22 Ridoux, *op. cit.*, pág. 123.

23 Cit. em Latouche, *Survivre...*, pág. 26.

para a sua desgraça que o que acarreta agravar a enfermidade no seu intento de abandonar o *subdesenvolvimento*²⁴. Frente a isto há muitas razões para concluir que convém questionar o capitalismo, o liberalismo, o *socialismo irreal* e os conceitos de *desenvolvimento* e *crescimento*. Como nos veremos obrigados a sublinhar várias vezes, a ideia de que resolveremos os problemas através duma maior e ciência no uso dos recursos, sem reduzir o consumo e o crescimento, parece uma manifesta equivocação.

24 Latouche, *Décoloniser...*, pág. 20.

3.

É paradoxal que a economia, que sempre se tem de nido como uma disciplina interessada pelos recursos escassos, ignore sistematicamente aqueles recursos que são escassos por definição: os da natureza²⁵. O caráter das percepções da economia retrata-o perfeitamente Jean-Baptiste Say, um dos teorizadores do livre comércio, quem não duvidou em afirmar que «as riquezas naturais são inesgotáveis porque, do contrário, não as obteríamos gratuitamente. Como não podem ser multiplicadas nem esgotadas, não são o objeto das ciências econômicas»²⁶. O resultado fica bem descrito nas palavras de Latouche, para quem, «colonizada pela lógica financeira, a economia é como um gigante desequilibrado que apenas consegue manter-se em pé em virtude duma corrida perpétua em que vai destroçando tudo o que encontra ao seu passo»²⁷.

O anterior teve consequências muito graves no que diz respeito ao discurso geral da disciplina. Se, por um lado, a economia oficial tem adquirido o seu perfil atual sobre a base dum contínuo processo de supressão das questões fundamentais e, com ele, de redução das perspetivas²⁸, pelo outro essa mesma pseudociência tem esquivado sempre qualquer crítica de conceitos como os de *crescimento*, *desenvolvimento*, *competitividade* e *produtividade*, ou como os de *produção*, *riqueza*, *consu-*

25 P. Cacciari, *Pensare la decrescita. Sostenibilità ed equità* (Intra Moenia, Nàpoles, 2006), pág. 27.

26 Cheynet, *Le choc...*, pág. 17.

27 Latouche, *Le pari...*, pág. 40.

28 F. Flahault, *Le paradoxe de Robinson* (Mille et une nuits, Paris, 2005), pág. 9.

mo e trabalho. Assim, convertida num fim, e não num meio, a economia tem-se afastado também de qualquer contestação da primazia dos valores que estima próprios e, como resultado, tem-nos obrigado a perdoar, como resposta, uma necessária *deseconomização* das nossas mentes²⁹.

Não há melhor ilustração de muitas destas misérias que a que oferecem os indicadores econômicos convencionais, fonte principal de profundos enganos sobre os quais se levantam tantos juízos no que diz respeito à competência, ou à falta desta, dos governos. Um crescimento baixo soergue imediatamente —não o esqueçamos— acusações de incompetência dirigidas contra os governantes, como bem se pode comprovar, mais uma vez, ao abrigo da crise que atravessamos. E, porém, estamos obrigados a admitir, com John Kenneth Galbraith, que «o nível, a composição e a extrema importância do Produto Interno Bruto estão na origem duma das formas de mentira social mais espalhadas»³⁰. Os indicadores que nos interessam contabilizam como crescimento, e cumpre supor que também como bem-estar, tudo o que é produção e despesa. Convém sublinhar que nesse *todo* se incluem as agressões ambientais e os procedimentos orientados a pôr-lhes freio ou correção —as agressões em questão geram *riqueza*, então, por dous caminhos diferentes—, os fármacos e as drogas que nos permitem fazer frente ao estresse da vida característica das sociedades desenvolvidas, a despesa militar, os acidentes de trânsito —no PIB contabilizam-se os mistérios vinculados com veículos rebocados, reparações, transfusões de sangue, médicos

29 Latouche, *Décoloniser...*, pág. 11.

30 Cit. em Latouche, *Le pari...*, pág. 67.

e advogados³¹— ou, por fechar aqui a lista, o próprio fabrico de cigarros.

E, porém, esses mesmos indicadores econômicos pouco nos dizem de aspetos centrais para compreender o que acontece nas nossas sociedades. É o caso, por exemplo, do trabalho doméstico, conforme a um critério amiúde impregnado de machismo. Em palavras de Christine Delphy, «se cultivar uma pêra é produção, prepará-la na cozinha também o é»³². Maurizio Pallante sublinha que o cuidado amoroso de cativos -de crianças- e velhos é, sem que se contabilize nos cálculos estatísticos, qualitativamente superior a qualquer coisa que possa fazer um trabalhador assalariado³³. Nos fatos, colocar um cativo numa creche, numa guardaria, acrescenta o PIB, enquanto cuidá-lo na casa, pelo contrário, não tem esse efeito³⁴. Em termos gerais despreza-se —tanto no que atinge aos salários como no que diz respeito ao cômputo estatístico pelos indicadores que nos atraem— o trabalho das mulheres, claramente vinculado, porém, com uma necessidade primária, como é a sustentabilidade dum vida ameaçada pelo capital. A deturpação parece tanto mais grave em etapas de crise, quando se acrescentam sensivelmente as exigências que pesam sobre as mulheres no que se refere a essa sustentabilidade da vida.

Mas é o caso, também, da preservação do meio ambiente: um bosque convertido em papel incrementa o PIB, enquanto

31 Derek Rasmussen, cit. em *ibidem*, pág. 71.

32 Cit. em *ibidem*, pág. 84.

33 *Ibidem*, pág. 108.

34 H. Norbert-Hodge, «De la dépendance mondiale à l'interdépendance locale», em VV.AA., *Objectif décroissance. Vers une société harmonieuse* (Silence, Lyon, 2003), pág. 86.

esse mesmo bosque indene, decisivo para garantir a vida no planeta, não computa como riqueza³⁵. O PIB ignora o capital natural, de tal forma que muitos dos incrementos computados nesse índice ocultam o consumo de recursos escassos que, pela sua parte, e nos fatos, esconde uma fonte futura de recessão³⁶. As estatísticas que empregamos comumente interessam-se só pelos custos de extração dos recursos naturais, e em modo nenhum pelos de reposição³⁷. Segundo a Academia de Ciências chinesa, os custos ocultos do crescimento econômico vinculados com a poluição e a redução dos recursos naturais obrigariam a reduzir de 8,7 a 6,5% o incremento anual registrado no PIB do país entre 1985 e 2000³⁸. As magnitudes macroeconômicas convencionais interessam-se raramente, noutro terreno, pela qualidade dos nossos sistemas educativo e sanitário, e em geral pelas atividades que acrescentam o bem-estar ainda que não acarretem produção e gasto. Não preocupa o incremento do lazer —do tempo livre—, um valor completamente esquecido nos indicadores convencionais. Para rematar, a maioria desses índices parece supor que a distribuição da renda é equitativa, de tal maneira que, em virtude dum gigantesco equívoco, se considera que o PIB por cabeça é um termômetro decisivo para avaliar os níveis de vida e de salário.

Intentemos traduzir pedagogicamente isto através dum par de exemplos. Eis o primeiro deles: se um país retribui 10% dos

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ J. Martin, *The meaning of the 21st century. A vital blueprint for ensuring our future* (Eden Project, Londres, 2007), pág. 61.

³⁷ J.M. Naredo, *Raíces económicas del deterioro ecológico y social* (Siglo XXI, Madrid, 2006), pág. 67.

³⁸ Latouche, *Le pari...*, pág. 58.

seus habitantes por destruir bens, fazer buracos nas estradas e estragar os veículos, e outro 10% por reparar esses bens, estradas e veículos, terá o mesmo PIB que um país no qual 20% dos empregos se aplica a melhorar a esperança de vida, a saúde, a educação e o ócio³⁹. Enunciemos o segundo, que nos lembra a presença, consistente entre nós, de vícios do progresso que se transformam em aparentes fontes de bem-estar: quando um terço da população norteamericana padece obesidade, é significativo que se trabalhe antes na perspectiva de encontrar o gene correspondente que na de procurar um regime alimentar mais adequado⁴⁰. A obesidade causa, porém, umas 300.000 mortes anuais nos Estados Unidos. E gerou em 1999 despesas médicas por valor de 117.000 milhões de dólares⁴¹, que acrescentam sensivelmente, claro, o PIB. O consumo de tabaco provoca no planeta, pela sua parte, cinco milhões de mortes anuais. Só nos Estados Unidos obriga o sistema sanitário a investir 150.000 milhões de dólares por ano, uma vez e meia as receitas obtidas pelas cinco maiores empresas do setor do tabaco⁴².

Não pode surpreender que, as cousas como estão, proliferem os instrumentos de medição alternativos, que contabilizam os aspetos esquecidos pelos indicadores oficiais e corrigem à baixa as medições destes últimos. Não só isso: chegado o momento põem em questão o próprio Índice de Desenvolvimento

39 *Ibidem*, pág. 78.

40 B. Clémentin e V. Cheynet, «La décroissance soutenable. Vers une économie saine», em VV.AA., *Objectif décroissance...*, pág. 15.

41 A. El izalde, «Las adicciones civilizatorias: consumo y energía. ¿Caminos hacia la felicidad?», em «¿Dónde están los límites nuestras necesidades?», monografía de *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global* (nº102, 2008), pág. 49.

42 *Ibidem*, págs. 48-49.

Humano proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que não entra de fato em confrontação com o imaginário econômico ocidental⁴³. Um exemplo de índice alternativo é o de Bem-estar Duradouro de Cobb e Daly —depois conhecido como de Cobb e Cobb—, que se baseia no seguinte, e não precisamente simples, cálculo: consumo de mercadorias pela família, mais serviços de trabalho doméstico, mais despesa pública não militar, menos despesa privada em defesa, menos custo da degradação do meio ambiente, menos depreciação do capital natural, mais formação de capital produtivo (o ócio e o capital humano não são, é certo, considerados)⁴⁴. Pela sua parte, o Índice de Progresso Genuíno ou Índice de Bem-estar Econômico Sustentável recolhe vinte aspetos ignorados pelos instrumentos de medição estabelecidos e parte da certeza de que carece de sentido medir o bem-estar sobre a base, exclusivamente, duma consideração dos bens e serviços produzidos em virtude da lógica do mercado⁴⁵. A esse respeito, interessa-se pelo trabalho realizado no lar e no âmbito social, calcula os custos do desemprego não incluídos nas contabilidades nacionais, desconta as despesas vinculadas com a defesa e considera o esgotamento dos recursos naturais e a deterioração do meio ambiente⁴⁶.

Obrigado parece extrair alguma conclusão de tudo o que anotamos até agora. Digamos ao respeito que, como o assinala

43 Latouche, *Survivre...*, pág. 42.

44 Latouche, *Le pari...*, pág. 78.

45 C. Hamilton, *El fetiche del crecimiento* (Laetoli, Pamplona, 2006), pág. 72 e ss.

46 Veja-se Colectivo IOÉ, «Propuesta para un sistema de indicadores», em *Barómetro social de España. Análisis del periodo 1994-2006* (CIP/Tra cantes de sueños, Madrid, 2008), págs. 23-40.

François Flahault, a ciência econômica dominante apenas tem em atenção as mercadorias —o que se *tem* ou não se tem—, e não os bens que fazem com que alguém *seja* algo⁴⁷. Não se trata de negar que os bens materiais sejam importantes: trata-se de colocá-los num cenário mais geral e de outorgar-lhes o seu justo relevo num quadro em que «as ideias reitoras da modernidade» —todas elas, ao que parece, fora de discussão— são «*mais, maior, mais depressa, mais longe*»⁴⁸.

47 Latouche, *Le pari...*, pág. 86.

48 M. Linz, «Sobre su ciencia y vida buena», em M. Linz, J. Riechmann e J. Semper, *Vivir (bien) con menos* (Icaria, Barcelona, 2007), págs. 5-18.

4.

Uma tarefa cada vez mais urgente entre nós é a que se propõe dar cabo da obsessão, que nos atena, pelas grandes cifras e pela quantificação. Sem maior vontade de teorizar ao respeito, recolhamos alguns exemplos que ilustram —parece— os limites das primeiras e da segunda.

Começaremos resgatando uma referência que protagonizou, talvez três décadas atrás, Vassily Leontie, prêmio Nobel de Economia. Leontie comparou então os sistemas de transporte dos Estados Unidos e da China. Claramente, neste caso poderíamos perfeitamente substituir o nome da China —a comparação não era entre grandes sistemas econômicos— pelo de Birmânia ou o de Tailândia, sem que por isso o argumento de fundo mudasse na sua essência. Os Estados Unidos —razoava Leontie— têm numa primeira leitura o sistema de transporte mais desenvolvido do mundo. Contam com o maior número de quilômetros de autoestradas, dispõem do maior número de carros e consomem o maior número de litros de gasolina por habitante. Quando chega o momento de analisar, porém, como se satisfazem as necessidades quotidianas da população, imediatamente se descobre que o cidadão médio vive a uma hora, de carro, do seu centro de trabalho, tem de utilizar obrigatoriamente o automóvel e vê-se imerso em gigantescos engarrafamentos que danam os seus nervos e poluem o meio ambiente, para finalmente, e amiúde, chegar tarde a trabalhar. Na China, pelo contrário, os dados estatísticos reflectem —falamos de trinta anos atrás— o que nos fatos é a ausência material dum sistema de transporte: não há autoestradas, não há automóveis, consome-se pouca gasolina... E, porém, e dado que o chinês médio mora a cinco minutos de bicicleta do seu posto

de trabalho, não se vê imerso em nenhum tipo de engarrafamento e não polui, para não chegar em hora a trabalhar, há que perguntar-se qual desses dois sistemas, o estado-unidense ou o chinês, satisfaz de maneira mais completa as necessidades. Ainda que Leontie agregava, claro, que não desejava ignorar que era mais que possível que o chinês médio não ingerisse as calorias necessárias para viver de maneira solvente, perguntava-se se, por consequência das análises econômicas convencionais, não estávamos um pouco perdidos na medida em que não nos interrogávamos pelo mais importante: a satisfação objetiva das necessidades humanas.

Procuremos um segundo exemplo, que fala de realidades contemporâneas. Cuba, que apostou com clareza na prevenção e na proximidade dos médicos não especializados, dedicava em 2006 à Saúde um número de dólares por habitante muito menor do que se fazia valer nos Estados Unidos: 236 frente a 5.274⁴⁹. Porém, obtinha resultados similares aos norteamericanos no relativo a esperança de vida e mortalidade infantil. Não só isso: apesar da enorme diferença que, em termos quantitativos, separava o gasto sanitário cubano do norteamericano, Cuba ocupava o posto 36º na lista de países cujo sistema de saúde rendia maiores serviços à população, enquanto os Estados Unidos estavam no posto 72º. Para explicar o anterior há que invocar também, é certo, o regime alimentar dos cubanos —com primazia de frutas e legumes, e escasso consumo de carne— e o fato de estes se verem obrigados a realizar frequentes deslocamentos a pé. A pobreza e a escassez podem ter —não o esqueçamos— alguns efeitos saudáveis.

49 Ridoux, *op. cit.*, págs. 65-66.

Não está de mais que agreguemos um terceiro exemplo que guarda relação, novamente, com uma questão tão complexa como parece a determinação do que é a pobreza e, com ela, a do que são as necessidades. José Manuel Naredo retrata-a com clareza: «Como denunciou com solvência Sahlins na sua *Economia da idade da pedra*, ‘tendo atribuído ao caçador as motivações burguesas e tendo-lhe proporcionado os instrumentos paleolíticos, decretamos antecipadamente que a sua situação é desesperada... (Mas se tomarmos conta de que) a escassez não é uma propriedade intrínseca dos meios técnicos (nem monetários) mas sim da relação entre meios e ns’, e consideramos ‘sociedade da abundância’ aquela em que se satisfazem com clareza as necessidades sentidas pela gente, a documentação achegada induz a concluir que as sociedades primitivas estudadas por este autor estavam mais perto da abundância do que as do capitalismo maduro de hoje»⁵⁰. Num sentido paralelo, Clive Hamilton lembra que, «em contra do previsto pelos primeiros economistas, não aproveitamos a oportunidade concedida pela abundância para dirigir o centro de atenção das nossas vidas para cousas distintas do dinheiro e os bens materiais. Não fomos capazes de aprender a viver com a nossa prosperidade»⁵¹.

50 J.M. Naredo, «Necesidad y pobreza: reflexiones conceptuales y algunas cautelas estadísticas», em «¿Dónde están los límites...», págs. 40-41.

51 Hamilton, *op. cit.*, pág. 11.

5.

Nada novo se afirma quando se sublinha a primazia radical que o consumo tem na articulação das sociedades opulentas. Consumimos tanto que o que consumimos as mais das vezes carece de relevo, não sem paradoxo, aos nossos olhos. Num sentido paralelo, a promessa de satisfazer os nossos desejos em grau extremo só tem sentido se esses desejos não são, paradoxalmente, satisfeitos⁵².

Desde a infância dos seus membros, as nossas sociedades organizam-se ao redor do consumo. Em palavras de Daniel Omas Cook, «um dos pontos fulcrais da formação das pessoas e dos valores morais na vida contemporânea consiste na familiarização dos cativos —das crianças— com os materiais, meios de comunicação, imagens e significados relacionados com o mundo do comércio»⁵³. A sociedade de consumidores, agrega Zygmunt Bauman, «tende a romper os grupos, a fazê-los frágeis e divisíveis, e favorece pelo contrário a rápida formação da multidão, como também a sua rápida desagregação. O consumo é uma ação solitária por definição (talvez seja, incluso, o arquétipo da solidão), e isso também no caso de se desenvolver em companhia»⁵⁴. O resultado final —o consumo é o que dá sentido às nossas vidas— fica bem retratado através duma afirmação —*compro, logo existo*— com a que o próprio Bauman lembra Descartes⁵⁵.

52 Z. Bauman, *Vida de consumo* (Fondo de Cultura, Madrid, 2007), pág. 70.

53 Cit. em *ibidem*, pág. 80.

54 *Ibidem*, pág. 109.

55 *Ibidem*, pág. 32.

Na realidade, o fenómeno é mais intenso. Paul Ariès sugere, assim, que no hiperconsumo o consumidor compra o direito a pagar por existir, de tal forma que ao de «*compro, logo existo*» deve agregar-se agora o de *gasto, logo existo*⁵⁶. É importante sublinhar, em fim, que o que há por trás de todos estes processos mentais, e de todas estas condutas, não é uma questão menor. Mary Douglas tem-nos lembrado que «enquanto não conheçamos as razões pelas quais a gente necessita luxos, não estaremos tratando os problemas da desigualdade de maneira séria»⁵⁷. Isso parece tanto mais certo quanto que a lógica dos sistemas que padecemos procura fechar drasticamente qualquer outro horizonte. Hamilton teve o acerto de salientar, neste sentido, que «a retórica do neoliberalismo nos diz que a única possibilidade autêntica de satisfazer as nossas necessidades consiste em reduzir os impostos e devolver o dinheiro aos consumidores particulares»⁵⁸. O próprio Hamilton sublinha que, «depois de termos explicado durante décadas que seremos livres se permitirmos que o mercado faça o que antes faziam os governos, agora os neoliberais nos dizem que não podemos nos libertar dos ditados do mercado»⁵⁹.

Frente a isto, há razões sobradas para afirmar que, da mesma maneira que devemos acabar com o trabalho assalariado, temos de fazer outro tanto com o consumo: não é suficiente, então, com defender um consumo diferente e responsável, um

56 P. Ariès, *Le mésusage. Essai sur l'hypercapitalisme* (Parangon/Vs, Lyon, 2007), pág. 6.

57 Cit. em Bauman, *op. cit.*, pág. 47.

58 Hamilton, *op. cit.*, pág. 12.

59 *Ibidem*, pág. 13.

alterconsumo, senão que é preciso devir não-consumidores depois da «greve geral do consumo» que reivindica Ariès⁶⁰. Assim, visto que não há no planeta lugar para sete mil milhões de consumidores, a nossa primeira obrigação consiste em reduzir sensivelmente as nossas ilusões a esse respeito, tanto mais quanto que o Norte rico consome 10 vezes mais energia do que o Sul, 14 vezes mais papel, 18 vezes mais produtos químicos, 10 vezes mais madeira, 6 vezes mais carne, 3 vezes mais peixe, cimento e água doce, 19 vezes mais alumínio e 13 vezes mais ferro e aço⁶¹. E cumpre agregar que as cousas estão a deteriorar-se. O próprio Ariès tem recordado com tino que os arrabaldes das grandes cidades francesas não são em modo algum a encenação da marginalidade mas antes pelo contrário o modelo principal para o futuro. Neles experimentam-se a *junkproduction*, a produção apodrecida, e o *mésusage*, o mau uso: não há uma autêntica cidade, comem-se alimentos e vestem-se roupas que não são tais, assiste-se a escolas muito de cientes num cenário, o do hiperconsumo, de nido pelo desfrute sem desejo⁶².

60 P. Ariès, *No conso. Manifeste pour la grève générale de la consommation* (Golias, Villeurbanne, 2006), págs. 11-12.

61 *Ibidem*, págs. 17-18.

62 *Ibidem*, pág. 27.

6.

Muitas das aberrações invocadas são reveladas numa conclusão que retrata pedagogicamente Edward Barnays: «As pessoas não necessitam o que desejam e não desejam o que necessitam»⁶³. Para explicar semelhante sem-razão, Latouche sublinha o relevo de três processos decisivos para compreender as misérias das nossas sociedades⁶⁴. O primeiro não é outro que a publicidade, que gera, claro, um desejo de consumir difícil de frear. Cada dia padecemos a in uência de três mil mensagens publicitárias num lugar onde, se for verdade que os grandes meios de comunicação estão vinculados com interesses empresariais muito evidentes, a nal não só se trata disso: o fato de que em boa medida vivam da publicidade que difundem outorga-lhes uma dimensão negativa adicional. Em virtude duma máxima que em algo lembra a que acabamos de atribuir a Barnays, Latouche afirma que «a publicidade faz com que desejemos o que não temos e que desprezemos aquilo do que já desfrutamos», através duma insatisfação permanente e da tensão do desejo frustrado. A respeito disto, o próprio Latouche resgata o resultado dum inquérito realizado nos Estados Unidos entre responsáveis de grandes empresas⁶⁵. Esse inquérito permite concluir que 90% deles reconhece que seria impossível vender um novo produto sem desenvolver em paralelo uma campanha publicitária, 85% declara que a publicidade permite frequente-

63 Cit. em Ariès, *Le mésusage...*, pág. 85.

64 S. Latouche, *Petit traité de la décroissance sereine* (Mille et une nuits, Paris, 2007), pág. 33 e ss.

65 *Ibidem*, pág. 34.

mente as pessoas comprarem bens que não necessitam e 51% a rma que essas mesmas pessoas se veem obrigadas a adquirir cousas que realmente não desejam.

Não esqueçamos, em paralelo, que no planeta contemporâneo a despesa em publicidade só se vê superada pelo dispêndio em defesa. Nesta ordem de cousas é obrigado concluir que somos vítimas de inteligentes e eficientes políticas de persuasão. Em palavras de Bauman, «para além de tratar-se duma economia do excesso e dos resíduos, o consumismo é também, justamente por essa razão, uma *economia do engano*. Aposta na *irracionalidade* dos consumidores, e não nas suas decisões bem informadas adotadas racionalmente: aposta em despertar a *emoção* consumista, e não em cultivar a razão»⁶⁶. Estas ataduras terminam, de resto, com a superstição de que o trânsito desde uma sociedade de produtores a outra de consumidores acarretou uma emancipação gradual dos indivíduos e permitiu passar dum cenário de restrições e ausência de liberdade para um outro de autonomia individual e autodomínio. Em lugar disto, e como já avançamos, o que se abriu caminho é «a conquista, anexação e colonização da vida por parte dos mercados»⁶⁷.

O segundo dos alicerces que Latouche identifica tem sido durante muito tempo o sistema creditício, que achega o dinheiro que permite ao consumo ser uma realidade, e isso tanto no caso daqueles com rendimentos não suficientes como no dos empresários que carecem dos recursos necessários para investir. O terceiro e último desses alicerces é, em fim, a caducidade programada, que obriga a substituir rapidamente muitos bens.

⁶⁶ Bauman, *op. cit.*, pág. 72.

⁶⁷ *Ibidem*, págs. 88-89.

Nicholas Georgescu-Roegen tem recordado a respeito disto que «se a gente se curasse a si mesma do desejo de mudar o estilo de roupa cada estação, de carro cada ano e de mobiliário das suas casas cada dois, os fabricantes estariam na obrigação de considerar as consequências e substituir a caducidade planificada pela *durabilidade* e a *reparabilidade*»⁶⁸. Se a aposta numa rápida caducidade dos produtos é lógica no quadro do capitalismo que padecemos, não o parece pelo contrário se avaliarmos —fa-lo-emos mais adiante— aspetos vitais como são os limites de recursos do planeta e a qualidade de vida⁶⁹.

Por trás de muitos dos conceitos e práticas que acabam de interessar-nos estão, naturalmente, o esbanjamento —o *despilfarro*— e a geração, espetacular e incontrolada, de resíduos. Uma sociedade de consumo, diz Bauman, «só pode ser uma sociedade de excesso e prodigalidade e, além disso, de redundância e esbanjamento»⁷⁰. Lembre-se que em Itália 15% da carne e 10% do pão e da pasta acabam no lixo, com um total de 5 milhões de toneladas anuais de pão desperdiçadas, e 1,5 milhões de pasta. Nos Estados Unidos deixam-se no lixo 23 milhões de computadores cada ano⁷¹, ao tempo que no conjunto do planeta, e nesse mesmo período, se põem de lado, e se trasladam ao Terceiro Mundo, 150 milhões de computadores. No decênio de 1970 produziam-se na França 10 milhões de toneladas anuais de resíduos: em 2000 a cifra era já de 28 milhões. Se em 1975 os franceses deitavam ao lixo 217 quilogramas anuais de resíduos,

68 Georgescu-Roegen, *op. cit.*, pág. 83.

69 Ariès, *Le mésusage...*, pág. 66.

70 Bauman, *op. cit.*, pág. 121.

71 Latouche, *Le pari...*, pág. 217.

em 2004 eram 550 (delas 40 de prospectos publicitários)⁷². Em geral, o Norte desenvolvido, que importa quantidades muito importantes de produtos dos países do Sul, acaba por produzir quantidades formidáveis de resíduos e não se trata apenas de que não sejam reciclados: intenta-se reexportá-los para o Sul em virtude do critério que reza *not in my backyard*, «não no meu pátio» (NIMBY)⁷³.

A lógica do capitalismo anula qualquer possibilidade crível de enfrentar em termos racionais todos estes problemas. Digamo-lo com as palavras, sempre clarificadoras, de André Gorz: «O imperativo econômico do rendimento é fundamentalmente diferente do imperativo ecológico da poupança, do *aforro*. A racionalidade ecológica consiste em satisfazer da melhor maneira as necessidades materiais com a menor quantidade possível de bens (...); por consequência, com um mínimo de trabalho, de capital e de recursos naturais. Pelo contrário, a procura do máximo rendimento econômico consiste em vender com o benefício mais alto possível e um máximo de produção realizada com o máximo de eficiência, o que exige uma maximização de consumos e necessidades»⁷⁴.

⁷² *Ibidem*, pág. 228.

⁷³ Naredo, *Raíces económicas...*, págs. 62-63.

⁷⁴ Cit. em Cacciari, *op. cit.*, pág. 15.

7.

Se falarmos do consumo devemos falar também doutra fonte de problemas e alienações: o trabalho. Hora é esta de recordar que cada vez se trabalha mais: desde princípios da década de 1980 tem-se invertido uma tendência histórica para a redução do tempo correspondente⁷⁵. Segundo um estudo recente, em Alemanha 51% das pessoas trabalhava em 2007 às tardes, às noites ou durante o fim de semana, frente a 38% que trabalhava assim em 1994; por outra parte, 28% de quem trabalha dedica a esta tarefa, de forma regular ou esporádica, os dias feriados⁷⁶. Tudo isso contrasta poderosamente com aquilo que —parece— aconteceu há séculos: não falta quem sugira que, apesar das aparências, no passado se trabalhava menos. Marshall Sahlins, por exemplo, tem assinalado que na idade da pedra o trabalho ocupava três ou quatro horas diárias, enquanto Gorz tem salientado que a princípios do século xviii reclamava umas vinte horas semanais⁷⁷.

É verdade, mesmo assim, que a consciência no relativo às consequências do hipertrabalho começa a manifestar-se, entre nós, de diversas formas. Na Europa comunitária mais da metade das pessoas que trabalham a *tempo parcial* optaram conscientemente por essa possibilidade. 54% dos varões e 42% das mulheres que trabalham declara que preferia dedicar ao

75 Hamilton, *op. cit.*, págs. 166-167.

76 S. Gaschke, «Travailler le week-end? Danger!», artigo publicado em *Die Zeit* (Hamburgo) e reproduzido em *Le courrier international* (nº896, 2-9 de janeiro de 2008).

77 Latouche, *Petit traité...*, pág. 120.

trabalho menos horas⁷⁸. O decrescimento que defenderemos umas páginas mais adiante deve reduzir por lógica a oferta de empregos na economia competitiva, como deve impulsar a necessidade de redistribuir aqueles —algo pelo qual lutavam antigamente os sindicatos— e trabalhar menos horas. Em paralelo haverão de aumentar —sublinharmo-lo-emos quando corresponder— as atividades vinculadas com as economias domésticas, com a educação e com o trabalho voluntário⁷⁹. Não está de mais lembrar que, se empregássemos menos energia e menos matérias primas, estaríamos na obrigação de trabalhar menos e viveríamos, então, melhor. «Fariamos menos dano e pouparíamos milhões de horas de trabalho que hoje utilizamos para remediar esses danos»⁸⁰.

Convém agregar, neste âmbito de cousas, uma observação importante. Se durante muito tempo criticamos, carregados de razão, o trabalho assalariado e as suas misérias, hora é esta de considerar seriamente a necessidade de criticar também o trabalho *per se*. Resgatemos ao respeito o diagnóstico de Paul Lafargue, o genro de Marx: «Uma estranha loucura possui as classes operárias das nações em que reina a civilização capitalista. Essa loucura produz misérias individuais e sociais que, depois de dous séculos, torturam a triste humanidade. Essa loucura é o amor pelo trabalho, a paixão moribunda pelo trabalho, levada até o esgotamento das forças vitais do indivíduo e da sua

78 Hamilton, *op. cit.*, pág. 168.

79 *Ibidem*, pág. 232.

80 B. Grillo, «Prefazione», em M. Pallante (dir.), *Un programma politico per la decrescita* (Per la decrescita felice, Roma, 2008), pág. 7.

progenitura»⁸¹. Como o assinala Joaquín Valdivielso, e no mesmo sentido, na obra de André Gorz há uma ênfase maior na libertação «além do trabalho» que na humanização dentro deste⁸². Não falta peso, aliás, a esta tradição de pensamento, como o salienta Iván de la Nuez: «Podemos acompanhar Paul Lafargue, por exemplo, e tratar de compreender em que ponto é possível inscrever, nos nossos dias, a sua reivindicação da ‘preguiça’. Ou a Bertrand Russell e a sua alternativa ao capitalismo em termos relativamente semelhantes, com o concurso da reivindicação da ‘ociosidade’. Ou a Slavoj Žižek e a sua persistência crítica frente ao capitalismo desde uma esquerda poscomunista que reivindica ‘as metástases do gozo’ e rejeita comungar com qualquer forma de Gulag como mal menor do socialismo»⁸³.

Em qualquer caso, e segundo a fórmula que abraça o mencionado Gorz, trata-se de «obrigar ao capital (...) a pôr a poupança em tempo de trabalho à livre disposição duma sociedade na qual deixem de predominar as atividades submetidas à racionalidade econômica»⁸⁴. Parece lógico afirmar que a redução do relevo do trabalho assalariado se traduzirá numa redução, também, da preocupação pelo consumo, com o qual «parte do tempo liberado da compulsão por trabalhar e consumir se poderia dedicar à educação e à melhora pessoal»⁸⁵.

81 P. Lafargue, *Le droit à la paresse* (Allia, Paris, 2008), pág. 11.

82 Valdivielso, «Introducción» a A. Gorz, *op. cit.*, pág. 29.

83 I. de la Nuez, *Fantasia roja* (Debate, Madrid, 2006), págs. 127-128.

84 Cit. em Hamilton, *op. cit.*, pág. 179.

85 *Ibidem*, pág. 221.

8.

Temos a obrigação de perguntar-nos se tantos progressos como os que acumulamos nos últimos decênios zeram de nós, habitantes do Norte desenvolvido, pessoas mais felizes do que aquelas que viveram no passado. Assim, e por resgatar alguns exemplos, o fato de em França o PIB real ter crescido doze vezes entre 1900 e 2000, significa que a sua cidadania vive doze vezes melhor?⁸⁶. Neste mesmo sentido, quando em 1998, e num inquérito, se perguntou à cidadania no Canadá se a situação econômica da sua geração era melhor que a própria dos seus pais e mães, menos da metade das pessoas interrogadas —44%— estimou que era assim, e isso que o PIB «por cabeça» crescera 60% no quarto de século anterior⁸⁷. As conclusões similares invita a chegar algum estudo realizado nos Estados Unidos, onde, apesar de a renda por cabeça ter-se triplicado desde o final da segunda guerra mundial, desde 1960 está a reduzir-se a percentagem da cidadania que declara sentir-se satisfeita⁸⁸. Outro estudo desenvolvido nos Estados Unidos conclui que em 2005 49% da população norteamericana estimava que a felicidade estava em retrocesso, frente a 26% que considerava o contrário⁸⁹. Significativo parece, em fim, que o Japão, um dos países mais desenvolvidos do mundo, seja também o que mostre a maior taxa de suicídios⁹⁰.

86 Latouche, *Le pari...*, pág. 72.

87 *Ibidem*, pág. 80.

88 *Ibidem*, pág. 81.

89 *Ibidem*.

90 Ridoux, *op. cit.*, pág. 37.

Na realidade, o anterior convém relacioná-lo com outro fato: o crescimento não costuma traduzir-se numa redução da desigualdade. Enquanto a renda por cabeça de Austrália se multiplicou por dous entre 1950 e 1995, no decênio de 1980 fez-se evidente que o número de pobres crescera 70% e que a taxa de desemprego se acrescentara duas vezes⁹¹. Ainda que também deve sublinhar-se, com Hamilton, que «os ricos não são em nenhum país mais felizes do que as pessoas com rendimentos médios, e a gente não devem mais feliz a medida que se enriquece»⁹², e isso embora seja verdade que uma renda mais alta tem, naturalmente, a sua importância no caso dos grupos mais desfavorecidos da população. O que parece é que o crescimento constitui uma espécie de armadilha que permite gerar a ilusão de que ao seu abrigo se reduzirá a desigualdade. A algo semelhante se referia Henry Wallich, um antigo responsável da Reserva Federal estado-unidense, quando dizia: «O crescimento é um substituto da desigualdade de rendas. Enquanto há crescimento há esperança, e isto converte em toleráveis as grandes diferenças de renda»⁹³.

Philippe Saint-Marc, pela sua parte, convida-nos a imaginar uma França onde existissem apenas 200.000 desempregados, onde a criminalidade presentasse níveis cinco vezes inferiores aos de hoje, onde as hospitalizações por doenças mentais se reduzissem a uma terceira parte, onde os suicídios

91 T. Trainer, «Our unsustainable society», em M.N. Dobkowski e I. Wallimann (dirs.), *e coming age of scarcity* (Syracuse University, Nova Iorque, 1998), pág. 93.

92 Hamilton, *op. cit.*, pág. 52.

93 Cit. em G. Monbiot, «Seule une bonne récession nous sauverait», artigo publicado em *e Guardian* (Londres) e reproduzido em *Le courrier international* (nº896, 2-9 de janeiro de 2008).

recuassem 50% e onde se não consumissem drogas: essa era, porém —a rma com contundência este autor— a França do decênio de 1960...⁹⁴ Num argumento de caráter similar, Nicolas Ridoux refere-se à vida quotidiana dum neno, duma criança, de oito anos em 1953: «Vêm-se poucos veículos e a rua pertence aos cativos que jogam. Ainda não há televisão, mas a convivência durante o lazer é maior, com relações para o exterior e em grupo» (frente às três horas e meia que se dedicam hoje cada dia a contemplar a *caixa boba*); Ridoux agrega que, ao tempo, havia muitas *tendas*, muitas lojas, e o desemprego era quase inexistente⁹⁵. Sobre o argumento volta outro autor, Mark Lynas, quem a respeito nos diz o que segue: «Todos os dados indicam que as pessoas que não guiam, não viajam de avião, fazem as compras no seu bairro, plantam os seus próprios alimentos e interatuam com outros membros da sua comunidade têm uma qualidade de vida muito maior do que a dos seus compatriotas que ainda teimam em fazer o supremo sacrifício de desperdiçar as suas vidas para trasladar-se de carro ao trabalho»⁹⁶. Quando dizemos que nos países ricos deveria reduzir-se à metade o consumo de energia, parece como se estivéssemos a reivindicar a restauração de formas de vida e economia muito afastadas no tempo. Não é assim: o consumo derivado não seria o próprio do império romano ou da idade média, mas sim o caraterístico do decênio de 1960...⁹⁷

94 Latouche, *Le pari...*, pág. 98.

95 Ridoux, *op. cit.*, pág. 11.

96 M. Lynas, *Seis graus. O nosso futuro num planeta em aquecimento* (Civilização, Oporto, 2007), pág. 253.

97 Y. Paccalet, *Sortie de secours* (Arthaud, Paris, 2007), págs. 112-113.

É evidente que com o passar dos anos prescindimos duma percepção que talvez assentasse nessa idade média de que falamos há um momento, e que invitava a afirmar que «o ar da cidade liberta» (*Stadtluft macht frei*), na medida em que oferecia oportunidades inéditas aos servos do campo, aos comerciantes e aos artesãos. Hoje, pelo contrário, as cidades costumam ser lugares marcados pela exclusão, a inabitabilidade, o vazio das relações e a falta de sociabilidade⁹⁸. Em paralelo, resistir com dous dólares numa das megalópoles contemporâneas é muito mais difícil que resistir num meio rural onde cam vivas relações humanas muito sólidas, e no qual, em virtude da autoprodução agrícola, amiúde está garantido o acesso aos bens comuns à margem das regras do mercado⁹⁹.

Frente aos prognósticos que nos invadiram durante decênios, hora é de considerar seriamente a perspectiva de a duração média da vida humana começar a descer como consequência das poluições química, atmosférica, radiativa e eletromagnética, duma alimentação desequilibrada e sobreabundante, e duma forma de vida cada vez mais sedentária¹⁰⁰. Determinadas circunstâncias poderiam rematar com o crescimento constante na esperança de vida. Entre elas contam-se, com certeza, a extensão da obesidade, a do tabaquismo, a dos cancros vinculados com a poluição e a do estresse crônico¹⁰¹.

98 Cacciari, *op. cit.*, pág. 13.

99 *Ibidem*, pág. 60.

100 H. Kempf, *Comment les riches détruisent la planète* (Seuil, Paris, 2007), pág. 24.

101 Ridoux, *op. cit.*, pág. 47.

9.

Temos de fazer esforços para nos libertarmos da razão produtivista que tem impregnado tanto o capitalismo como o *socialismo irreal* —que é pelo contrário uma fórmula de capitalismo burocrático— manifesto nos sistemas de tipo soviético. A ideia de progresso, vinculada com a produção e o crescimento, está no núcleo do capitalismo. Para este, e em palavras de Hamilton, «o mundo evoluciona para um futuro melhor e mais próspero» e «o motor desse progresso é o crescimento econômico»¹⁰². É importante assinalar que não estamos perante um elemento marginal e alheio à vida social, mas sim perante realidades profundamente instaladas na nossa forma de agir e perceber os fatos. Como bem o tem salientado Bernard Guibert, amiúde acontece que «os altermundialistas denunciam o modo de produção capitalista como se fosse exterior à sociedade, quando de fato somos nós mesmos os que consentimos a sua dominação e geramos o benefício. Temos a economia que merecemos. A base da economia atual está na nossa cabeça, no nosso imaginário colonizado pelo modo de produção capitalista. Há que assumir um trabalho de libertação das mentalidades e do imaginário»¹⁰³.

Um as linhas antes sublinhamos que tanto o capitalismo como o *socialismo irreal* abraçaram uma mística da produção e, com ela, uma mística da exploração dos recursos naturais. Não parece fora de lugar lembrar a triste deriva que seguiu o

102 Hamilton, *op. cit.*, pág. 113.

103 B. Guibert, «Quelle politique économique pour l'altermondialisme?», em B. Guibert e S. Latouche (dirs.), *Antiproduktivisme, altermondialisme, décroissance* (Parangon/Vs, Lyon, 2006), pág. 105.

lema leniniano, que identi cava o socialismo com uma síntese entre o poder soviético e a eletrificação de todo o país: com o poder soviético materialmente anulado em proveito duma maquinaria hierárquica e autoritária que teimava em identi car o socialismo com o desenvolvimento das forças produtivas, verificado além disso num só país, era difícil que os fatos decorressem por um caminho diferente. Hoje sabemos, aliás, que um eventual triunfo dos sistemas do *socialismo irreal* nos teria situado, noutras palavras, perante problemas similares aos que neste momento, e no âmbito ecológico, devemos enfrentar.

Hora é de sublinhar que muitos dos conceitos empregados por Marx —em modo nenhum é a nossa intenção culpar este, de qualquer modo, da existência de aberrações que se revelaram nos sistemas de tipo soviético— nada têm de heterodoxos com respeito ao cânone judeu-cristão e à sua percepção de a natureza ser *propriedade* do ser humano¹⁰⁴. Cornelius Castoriadis teve a vontade de lembrar que «Marx participa de forma integral do imaginário capitalista: para ele, como para a ideologia dominante na sua época, tudo depende do crescimento das forças produtivas. Quando a produção alcançar um nível suficientemente elevado, poderá falar-se duma sociedade verdadeiramente livre, verdadeiramente igual... Não se encontra em Marx nenhuma crítica da técnica capitalista, na forma de técnica da produção ou na de tipo e natureza dos produtos fabricados. Para ele a técnica capitalista e os seus produtos fazem parte integrante do processo de desenvolvimento humano. Aliás, Marx não critica a organização do trabalho na fábrica.

104 T. Monod, *Et si l'aventure humaine devait échouer* (Grasset, Paris, 2002), págs. 131-132.

Ainda que critique alguns aspetos ‘excessivos’, essa organização em tanto que tal parece-lhe uma realização da racionalidade em sentido estrito. A essência das suas críticas remete para a utilização que se faz dessa técnica e dessa organização: servem unicamente o capital, em lugar de servir a humanidade inteira. Não percebe que é preciso realizar uma crítica interna da técnica e da organização da produção capitalista»¹⁰⁵.

É verdade, porém, que não toda a obra de Marx é alheia a preocupações como as que nos interessam nestas páginas. Paul Ariès tem assinalado que a atenção prestada por Marx às relações de produção em modo nenhum signi- cou que justificasse um crescimento sem limites desta última em proveito dum projeto ontologicamente produtivista¹⁰⁶. Manuel Sacristán tem-se referido a como «desde os *Grundrisse* está a ideia fundamental de que o fulcro da revolução é a transformação do indivíduo. Nos *Grundrisse* diz-se que o essencial da nova sociedade é que transformou materialmente o seu possuidor noutro sujeito e a base dessa transformação, já mais analiticamente, mais cienti camente, é a ideia de que, numa sociedade onde o que predomine não seja o valor de troca mas sim o valor de uso, as necessidades não podem expandir-se inde nidamente. Que alguém pode ter inde nida necessidade do dinheiro, por exemplo, ou em geral de valores de troca, de ser rico, de poder mais, mas não pode ter inde nidamente necessidade de objetos de uso, de valores de uso»¹⁰⁷. Francisco Fernández

105 C. Castoriadis, *Une société à la dérive. Entretiens et débats, 1974-1997* (Seuil, Paris, 2005), págs. 244.

106 Ariès, *No Conso...*, pág. 214.

107 Cit. em Riechmann, *Gente que...*, págs. 164-165.

Buey, pela sua parte, salienta que para Marx «cada progresso da agricultura capitalista é um progresso não só na arte de explorar ao trabalhador, senão também na arte de espoliar o chão; cada progresso realizado na arte de acrescentar a sua fertilidade durante um tempo é um progresso na ruína das fontes duradouras de fertilidade»¹⁰⁸. Tem-se citado também amiúde o elogio que Marx realizou dum texto que, publicado em 1821, asseverava que «uma nação é verdadeiramente rica se, em lugar de doze horas, trabalha seis»¹⁰⁹. Há três lustros o autor destas linhas decidiu terminar uma história da União Soviética com a certificação de que Marx, nos seus anos finais, «mostrara a sua adesão às sociedades comprometidas na satisfação das necessidades humanas e pouco interessadas na produção encaminhada à obtenção de lucro sem limite»¹¹⁰.

Parece razoável concluir, como tantas vezes, com uma contundente afirmação de Gorz: «Todos aqueles que, na esquerda, rejeitam afrontar a questão duma equidade sem crescimento demonstram que o socialismo, para eles, não é senão a continuação por outros procedimentos das relações sociais e da civilização capitalistas, do modo de vida e do modelo de consumo burguês»¹¹¹.

108 F. Fernández Buey, «Les altermondialistes en font leur miel», artigo publicado em *La república* (Montevideu) e reproduzido em *Le courrier international* (nº924, 17-23 de julho de 2008).

109 Veja-se, por exemplo, O. Bésancenot, *Révolution! 100 mots pour changer le monde* (Flammarion, Paris, 2003), pág. 164.

110 *La Unión Soviética (1917-1991)* (Síntesis, Madrid, 1993), pág. 217.

111 Cit. em Latouche, *Petit traité...*, pág. 205.

10.

Utilizaremos um punhado de metáforas para retratar um problema central que está no núcleo do projeto que reclama um ativo decrescimento. A primeira delas lembra-nos que, se parece evidente que, no caso de que um indivíduo ou uma coletividade extraírem do seu capital, e não das suas rendas, a maioria dos recursos que empregam, isso conduzirá inevitavelmente à quebra, é surpreendente que não se invoque o mesmo razoamento quando se trata de analisar o que as sociedades ocidentais estão a fazer com os recursos naturais do planeta, acumulados no decorrer de milhões de anos e dilapidados nuns poucos decênios¹¹².

A segunda metáfora assinala que, se chegarmos a casa e comprovamos que o banho está inundado, o primeiro que faremos, por lógica, será fechar a torneira, fechar a bilha. Não pareceria razoável, pelo contrário, que —como o lembra Miklos Persanyi, outrora ministro húngaro do Meio Ambiente— a nossa resposta consistisse em colocar toalhas no chão¹¹³. E, porém, e novamente, o que estamos a fazer com a natureza ajusta-se muito mais a uma estéril colocação de toalhas: porque, falando a sério, não temos o trabalho de fechar torneira nenhuma.

A terceira metáfora sugere que estamos num barco que, a 25 nós por hora, se encaminha cara a uma costa acidentada. É uma resposta adequada a que preconiza reduzir a velocidade numa décima parte sem modificar em modo nenhum o ru-

112 Clémentin e Cheynet, *op. cit.*, pág. 9.

113 Latouche, *Le pari...*, pág. 229.

mo? Servirá de algo, sem assumir mudanças nesse rumo, bater um pouco mais tarde com a costa? (Michel Serres)¹¹⁴. O mesmo razoamento expressa-o Latouche quando assinala que, se apanharmos um trem, um comboio, equivocado, não basta com rogar ao condutor que reduza a velocidade; será preciso descer do trem e apanhar outro diferente¹¹⁵. Ou, por dizê-lo duma última maneira: se estivermos fechados num quarto onde por força o ar acabará por faltar, salvar-nos-emos reduzindo o ritmo da nossa respiração, em vez de procurar diretamente uma saída?¹¹⁶

A quarta metáfora tem como protagonista um nenúfar. Suponhamos que num tanque há um nenúfar que se multiplica ao ritmo de dois por um cada dia: se na segunda-feira há um nenúfar, na terça serão dois. Conforme a esse ritmo, sabemos também que o tanque estará cheio de plantas, que não poderão viver, em trinta dias. Em qual desses trinta dias o tanque estará ocupado na sua metade pelos nenúfares? Ainda que um razoamento precipitado invita a responder que o dia 15, a resposta correta é o 29: esse dia a metade do tanque estará coberta de plantas, de tal maneira que, ao multiplicar-se estas por dous, a jornada seguinte os nenúfares cobrirão toda a superfície. O dia 28 as plantas ocuparão uma quarta parte do tanque, o 27 uma oitava parte e o 26 um espaço ainda menor. Suponhamos que estamos no dia 26. Ainda que se poderá aduzir que não é tão grave o que zemos, porque apenas uma pequena parte do tan-

114 Cit. em Latouche, *Le pari...*, pág. 14.

115 S. Latouche, *Altri mondi, altre menti, altrimenti* (Rubbettino, Soveria Mannelli, 2004), pág. 122.

116 E. Kolbert, *Field notes from a catastrophe. Man, nature, and climate change* (Bloomsbury, Nova Iorque, 2006), pág. 146.

que está coberta de plantas, alguém com melhor juízo replicará —e isso é sem dúvida o importante— que o ritmo frenético das agressões desencadeadas nos coloca a só quatro dias do final¹¹⁷.

Rematemos com uma quinta metáfora, esta de cariz alternativo. Latouche reivindica, em relação com estas questões, a sabedoria do caracol: «O caracol constrói a delicada arquitetura do sua couraça agregando espirais cada vez maiores; depois cessa bruscamente e começa a praticar espirais decrescentes. Uma única espiral mais no sentido crescente daria à couraça uma dimensão 16 vezes mais grande. Em lugar de contribuir para o bem-estar do animal, carregá-lo-ia em excesso»¹¹⁸.

117 Veja-se A. Jacquard, *L'équation du nénuphar* (Calmann-Lévy, Paris, 1998).

118 Latouche, «Per una società...», pág. 9.

11.

Intentemos quantificar algumas das consequências que se derivam das metáforas invocadas, em plena consciência da razão que assistia a Kenneth Boulding, quando afirmou que «aquele que acredita que um crescimento exponencial pode manter-se indefinidamente num mundo finito é um louco, ou é um economista»¹¹⁹. Para garantir o bem-estar da humanidade, o Banco Mundial estima que a produção deveria ser em 2050 quatro vezes superior à de hoje, sendo assim suficiente um crescimento anual de 3% acompanhado de práticas de bom governo. O problema é que os limites do planeta invitam a pensar que é impensável um PIB mundial de 172 biliões de dólares, que é o que se registraria em 2050 (frente aos 43 biliões de hoje)¹²⁰. Com um crescimento de 3% anual, o PIB francês multiplicar-se-ia por 20 num século, por 400 em dois e por 8.000 em três¹²¹. No caso da China, se se mantiverem os níveis de crescimento anual por volta de 10%, o produto nacional bruto multiplicar-se-ia por 736 num século¹²². Parece que está de mais sublinhar que semelhantes situações seriam literalmente insustentáveis. Latouche lembra, citando Ariès e com conhecimento dos limites do argumento, que os cálculos que nos atraem podem utilizar-se, depois de percorrer um caminho diferente, em proveito da tese do decrescimento: um decrescimento de 1% anual permitiria economizar 25% da produção em 19 anos e 50% em

119 Cit. em Ridoux, *op. cit.*, pág. 122.

120 Latouche, *Le pari...*, pág. 45.

121 Latouche, *Petit traité...*, págs. 40-41.

122 Latouche, «Per una società...», pág. 8.

69. Um decrescimento, aliás, de 2% anual reduziria a produção em 50% em 34 anos, 64% em 50 e 87% em 100¹²³.

Se assumirmos, por outra parte, que a procura de minerais crescerá até 2060 para proporcionar as quantidades necessárias a 11.000 milhões de seres humanos, que consumirão como o faz nestes momentos o segmento rico da população planetária, 43% das existências dos 36 minerais mais cobiçados ter-se-ão evaporado, de tal maneira que será literalmente impossível garantir a subministração a todos esses seres humanos¹²⁴; petróleo, gás, carvão e urânio terão desaparecido, de resto, nuns poucos decênios¹²⁵. No mesmo sentido, e tomando como base que o garantir a alimentação duma pessoa num país rico reclama por volta de duas hectares de terra, e para permitir que esses níveis de consumo alimentar se estendam a 11.000 milhões de pessoas, em 2060 serão precisos 22.000 milhões de hectares num planeta que apenas conta com 13.000 milhões¹²⁶. Agreguemos, por último, que se o consumo anual de madeira por cabeça nos Estados Unidos exige 1,3 hectares de bosque, a extensão desse consumo a 11.000 milhões de pessoas reclamaria dispor de 14.300 milhões de hectares, três vezes e meio mais do que as disponíveis¹²⁷. Em geral, as expetativas de crescimento de fatores como a produção mundial de carne, a superfície regável, os fertilizantes, a oferta de peixe, as terras disponíveis para o cultivo de cereais e a geração destes últimos demons-

123 Latouche, *Petit traité...*, pág. 42.

124 Trainer, *op. cit.*, pág. 83-84.

125 *Ibidem*, pág. 86.

126 *Ibidem*, pág. 84.

127 *Ibidem*.

traram ser em excesso otimistas: parece servida a conclusão de que a produtividade biológica da Terra está a reduzir-se visivelmente¹²⁸.

Ridoux tem sublinhado que ao longo da maior parte da sua história (99% do tempo) a espécie humana viveu de maneira sóbria, protagonizando um impacto muito débil sobre o ecossistema¹²⁹. As circunstâncias mudaram, pelo contrário, nos últimos decênios. Lembremos que o ser humano transforma os recursos em resíduos de maneira mais rápida daquela que o planeta mostra, no que diz respeito a reconverter novamente esses resíduos em recursos¹³⁰. Através do consumo de combustíveis fósseis, a nossa espécie engole cada ano o equivalente a quatro séculos de energia solar do passado, porquanto teria de realizar um enorme esforço para retornar a um cenário mais austero; de fato, com os atuais níveis de consumo é provável que em 365 dias esgotemos os combustíveis fósseis criados ao longo dum milhão de anos¹³¹. Em paralelo, os seres humanos utilizaram já entre 25 e 40% da produção primária líquida do planeta —a quantidade líquida de energia solar convertida em matéria orgânica das plantas através da fotossíntese—, um nível extraordinário para uma espécie que não representa sequer 0,5% da biomassa animal da Terra¹³². Estamos a lançar à atmosfera, em m, dióxido de carbono em quantidades que aquela não pode absorver, da mesma maneira que estamos a

128 *Ibidem*, págs. 85-86.

129 Ridoux, *op. cit.*, págs. 9-10.

130 Latouche, *Petit traité...*, pág. 42.

131 Lynas, *op. cit.*, págs. 238-239.

132 *Ibidem*, pág. 240.

consumir água em quantidades que não podem ser geradas pela chuva¹³³.

O problema principal não é con gurado, como amiúde se sugere, pela China e a Índia: nasce, pelo contrário, do que - zeram até agora os países mais ricos, ao que se soma, é certo, o que pode acontecer nos dous lugares mencionados. A China, em particular, com uma classe média crescente que deseja imitar muitos dos hábitos de consumo do mundo ocidental, leva caminho de devir o país mais poluente do planeta e isso embora até hoje a sua pegada ecológica tenha sido seis vezes inferior à norteamericana¹³⁴. Não pode esquecer-se que a China está a reproduzir o modelo de industrialização estado-unidense de há quarenta ou cinquenta anos, com empresas que empregam motores antigos e nada e cientes, e com um sistema de transmissão de eletricidade também muito antiquado. Por unidade de Produto Interno Bruto, a China consome duas vezes e meia mais energia do que os Estados Unidos, e quase nove vezes mais do que o Japão¹³⁵.

Detrás de muitos dos problemas resenhados pressente-se —não esquivemos este debate— um risco nada desprezável: a possibilidade do m da espécie humana. Se 99% das espécies animais desapareceu ao longo da história do planeta, não há razões para que não aconteça o mesmo com a nossa¹³⁶, como analisa um livro recente —*O mundo sem nós*, de Alan Weis-

133 Martin, *op. cit.*, pág. 5.

134 Latouche, *Petit traité...*, pág. 100.

135 Kolbert, *op. cit.*, pág. 180-181.

136 Y. Paccalet, *L'humanité disparaîtra, bon débarras!* (Arthaud, Paris, 2006), pág. 46.

man— que encontrou muitos leitores. Não nos faltam os relatos de processos que bem podem servir de guia no que diz respeito ao que acontecerá se não intervirmos no assunto. Joel Levy resume um deles que, incluído na obra de Jared Diamond, refere a história da ilha de Páscoa: «A ilha de Páscoa possuía originalmente uma abundância de árvores que formavam a base dum rico ecossistema, capaz de manter uma considerável população humana e uma sociedade complexa de competitivas tribos governadas por reis. Essa sociedade desenvolveu um modelo de reinado no qual a autoridade real se derivava do tamanho das estátuas que se erigiam, um processo que consumia quantidades insustentáveis de madeira. Se um rei tivesse intentado conservar as árvores e não erigir estátuas, teria sido deposto ou derrotado por outro rei. O sistema era em si mesmo insustentável. Por volta do século XVI, a ilha estava já desorestada, e não muito depois o ecossistema foi arrasado, dando cabo da sociedade retratada. Quando os exploradores europeus chegaram, descobriram uma população escassa e dispersa»¹³⁷. Levy conclui: «A Terra parecer-se-ia à ilha de Páscoa numa escala planetária. Se chegassem extraterrestres dentro dalguns séculos, maravilhar-se-iam perante os restos monumentais duma civilização poderosa e perguntar-se-iam como poderiam ter sido criados pelos vazios bolsos de seres humanos que viviam uma existência miserável num lugar baldio, tóxico e praticamente carente de recursos»¹³⁸.

137 J. Levy, *El día del juicio* (Martínez Roca, Madrid, 2007), págs. 274-275.

138 *Ibidem*, pág. 280.

12.

Muitos dos conceitos que empregamos até aqui conduzem de maneira quase inevitável, ao menos no que diz respeito aos países do Norte desenvolvido, à defesa dum projeto de decrescimento da produção e do consumo. Para enunciar o argumento de maneira rápida, afirmaremos que há que reduzir a produção e o consumo porque vivemos por cima das nossas possibilidades, porque é urgente cortar emissões que danam perigosamente o meio ambiente e porque começam a faltar matérias primas vitais. «O único programa que necessitamos resume-se numa palavra: menos. Menos trabalho, menos energia, menos matérias primas»¹³⁹. O anterior tem de ser assim na certeza, naturalmente, de que as mudanças que devem operar-se no nosso estilo de vida não estão chamadas a ser as mesmas no caso das classes ricas e no caso das que padecem, também entre nós, a exploração e a exclusão.

Enfrentamos, por empregar outro critério, dous cenários alternativos. Se o primeiro reivindica um crescimento débil, de 2%, durante os próximos 48 anos, o segundo propõe um decrescimento de 5% durante esses mesmos anos. O primeiro cenário conduz trinta vezes mais longe do que parece viável, enquanto o segundo garantiria, pelo contrário, a viabilidade¹⁴⁰. É muito importante sublinhar, claro, que um projeto de decrescimento acarreta uma necessária e radical mudança de mentalidade que invita a esquivar o que retrata um velho provérbio

139 Grillo, *op. cit.*, pág. 7.

140 F. Schneider, «Point de capacité sans sobriété», em VV.AA., *Objectif décroissance...*, pág. 37.

francês: «Quando se tem um martelo diante da cabeça, todos os problemas aparecem desde a perspectiva dos parafusos». Ao olhar os problemas em exclusivo pelo prisma da economia¹⁴¹, eludimos uma necessária, e revolucionária, mudança na cultura —dela falaremos—, prévia às que haverão de se fazer valer, também, no direito ou no modo de produção¹⁴².

O decrescimento não é, aliás, um crescimento negativo, expressão contraditória que revela a supremacia do imaginário desenvolvista¹⁴³. Há que evitar qualquer percepção quantitativa do que o decrescimento acarreta: não se trata de fazer o mesmo mas em menor quantidade¹⁴⁴. E há que defender a radicalidade do termo *decrescimento* e considerar este como um ariete que penetra até o fundo do pensamento único e contesta, assim, a cegueira psicológica em que estamos imersos¹⁴⁵. Nas palavras de Vincent Cheynet, «antes que construir, a lógica do decrescimento procura desconstruir. Os pre xos ‘de’ e ‘des’ são reveladores desta vontade de apreender as cousas: decrescer, desco-

141 Latouche, *Décoloniser...*, pág. 150.

142 Latouche, *Petit traité...*, pág. 103.

143 Latouche, «Per una società...», pág. 12. Latouche sublinha que a realidade que invoca o conceito de decrescimento não é a mesma que desponta trás termos do inglês como os de *declining* ou *decrease*. Também não equivale a *ungrowth*, *de-growth* ou *dedevelopment*. Mais se parece, contudo, ao que estaria por trás dum *counter-growth* ou dum *decreasing growth*. Veja-se Latouche, *Le pari...*, pág. 25.

144 Como o lembra Paul Ariès —«La décroissance est-elle soluble dans la modernité?», em VV.AA., *Objectif décroissance...*, pág. 125—, «o velho movimento operário não sonhava com descapitalizar a economia, mas sim com coletivizá-la ou nacionalizá-la». A uma necessidade paralela refere-se com ironia uma velha canção anarquista que dizia: «Acabar com o patrão? Está certo. Mas quem se encarregará da paga do sábado?»; cit. em *ibidem*, pág. 131.

145 Cheynet, *Le choc...*, pág. 61.

lonizar, desintoxicar, desalienar, despejar... A primeira proposta do decrescimento não aspira a estabelecer um contrassistema nem uma contraideologia em lugar da ideologia do crescimento, mas sim a reinsu ar na sociedade o espírito crítico frente ao pensamento dogmático e aos discursos propagandísticos»¹⁴⁶.

146 *Ibidem*, págs. 79-80.

13.

Parece evidente que devemos intervir com urgência para frear as muitas atividades econômicas que estão na origem da expansão da pegada ecológica, e que isso tem de traduzir-se, em termos das medições convencionais vinculadas ao Produto Interno Bruto, numa redução deste. Digamo-lo com clareza: deve reduzir-se uma parte signi cativa da atividade —talvez toda— de indústrias como a do automóvel, a da aviação, a da construção ou a militar. Alguem argumentará imediatamente que, caso manifestar-se um projeto dessa natureza, se gerarão milhões de pessoas desempregadas nos países ricos. Que faremos, então, com esse desemprego? A resposta invoca duas vias de solução: se a primeira sublinha a necessidade de expandir a atividade daqueles segmentos da economia vinculados à satisfação das necessidades sociais e a atenção ao meio ambiente, a segunda refere a conveniência de repartir o trabalho nos setores econômicos tradicionais que, por lógica, carão. O resultado nal será que trabalharemos menos, disporomos de muito mais tempo de lazer e reduziremos sensivelmente os níveis de consumo, desbocados, aos que se entrega boa parte da população nas sociedades opulentas.

Está servida a conclusão de que semelhante horizonte nada tem a ver com um estado de geral infelicidade: comparada com o modo de vida escravo do que antes falamos, a do decrescimento parece uma perspectiva paradoxalmente mais saudável. Ao seu abrigo, e em primeiro lugar, criar-se-ão novos setores econômicos destinados a saciar as necessidades insatisfeitas, com serviços pouco intensivos em recursos e formas descentralizadas de organização. Fazendo da necessidade virtude, e por outra parte, do decrescimento podem obter-se vantagens

no que diz respeito à preservação do meio ambiente, o bem-estar das gerações futuras, a saúde dos consumidores e as condições do trabalho assalariado¹⁴⁷. Noutro plano, ainda que o decrescimento põe claramente em perigo o nível de vida duma minoria da população planetária, é assim a custo de acrescentar a felicidade e o bem-estar duma clara maioria em virtude dum inevitável processo de redistribuição dos recursos, de transformação das formas de propriedade e dum afortunado crescimento relacional. É preciso agregarmos aqui que no mundo rico são vários os elementos que facilitam um horizonte de decrescimento. Entre eles contam-se a existência de infraestruturas, bens e serviços, a satisfação das necessidades vitais e, se assim se quiser, o próprio decrescimento da população¹⁴⁸. As melhoras alcançadas em matéria de alojamento, nutrição, higiene e medicina serão também, sem dúvida, de ajuda¹⁴⁹. Para dizê-lo com outras palavras: o decrescimento que propomos não é em modo nenhum uma tragédia, tanto mais se descrevermos o bem-estar, com Manfred Linz, «como um composto de três elementos: riqueza em bens, riqueza em tempo e riqueza relacional»¹⁵⁰.

Os argumentos utilizados contra o decrescimento¹⁵¹ parecem, em m, pouco relevantes. Tem-se assinalado, por exemplo, e contra toda razão, que a proposta nasce no Norte para que se-

147 Latouche, *Le pari...*, pág. 153.

148 M. Linz, «¿Y qué pasará con la economía?», em Linz, Riechmann e Sempere, *op. cit.*, págs. 42-43.

149 G. Monbiot, *Heat. How we can stop the planet burning* (Penguin, Londres, 2007).

150 Linz, «Sobre su ciencia...», pág. 12.

151 Ariès, «La décroissance est-elle soluble...», págs. 124-125.

jam os países do Sul os que decreçam materialmente. Também se tem sugerido que o decrescimento é antidemocrático, em franco esquecimento —já o salientamos— de que os regimes que comumente se descrevem como totalitários nunca procuraram, por razões óbvias, reduzir as suas capacidades militar-industriais. Antes parece que, pelo contrário, o decrescimento, através da autossu ciência e da simplicidade voluntária, bebe duma loso a não violenta e antiautoritária¹⁵². A proposta que nos interessa não remete, por outra parte, para uma postura que reclame uma renúncia aos prazeres da vida: reivindica uma clara recuperação destes últimos num cenário marcado, isso sim, pela rejeição dos atrativos do consumo irracional. Não deixa de surpreender que as mesmas pessoas que defendem a ordem existente, visivelmente marcada pela exploração e por horizontes vitais insuportáveis, sejam as que sugerem que os defensores do decrescimento pretendem cancelar todo tipo de alegria de viver. Parece claro, por deixar as cousas aí, que o decrescimento não é em modo nenhum uma antessala justicatória dum futuro democídio que, assentado numa defesa fundamentalista da natureza, prescindia dos problemas que atenazam muitos dos membros da espécie humana.

Ainda que imediatamente nos veremos na obrigação de sublinhar que a proposta do decrescimento reclama o concurso dum punhado de valores e regras sem os quais o projeto caria visivelmente deturpado, agora temos o dever de enunciar uma certeza: se não decrescemos voluntária, racional, solidária e ecologicamente, teremos que decrescer levados pelas circuns-

152 V. Cheynet, «Décroissance et démocratie», em VV.AA., *Objectif décroissance...*, pág. 141.

tâncias de carestia da energia e mudança climática que acompanham o afundimento, cada vez mais fácil de imaginar, do capitalismo global.

14.

O projeto que descrevemos sob a etiqueta do decrescimento, e que reclama, entre outras muitas cousas, reduções signi cativas nos níveis de produção e de consumo no Norte opulento, começa a provocar, como era lógico, críticas. Deixemos claro desde o princípio que estas últimas são tão legítimas como necessárias, tanto mais quanto que estamos a falar duma iniciativa não fechada e de aplicação muito complexa.

Surpreende, porém, que a maioria das críticas que nos atraem não cheguem do discurso oficial, que simplesmente se desinteressa de uma cousa que considera, no melhor dos casos, uma proposta extravagante e fora do mundo. Chegam pelo contrário de determinados segmentos do que com impresentável liberalidade chamaremos «a esquerda». Até agora, e as mais das vezes, esses segmentos optam por questionar o decrescimento como um tudo, sem descer a uma consideração precisa das propostas e os fundamentos intelectuais daquele. Parece como se estimassem que o projeto é tão desafortunado e lamentável que não é necessário assumir uma crítica por miúdo de uma cousa que se desqualificaria por si só. Não é que, para deixar as cousas claras, não possamos compreender essa atitude. Ao cabo, se alguém pedisse ao autor destas páginas um exame crítico do programa dum partido socialdemocrata, também responderia que preferia não perder o tempo...

Anál, podem reduzir-se a duas, bem que muito relacionadas entre si, as críticas até hoje formuladas. A primeira diz-nos que o do decrescimento é um horizonte mental concebido para calmar a má consciência de classes médias acomodadas como as que existem no mundo rico. Sem negar que qualquer cousa desse gênero possa haver em determinadas modulações do

discurso do decrescimento, convém não baralhar a parte com o todo. Somos muitos os que, depois de abraçarmos esse discurso, seguimos a pensar que aquilo no qual trabalhamos desde há muito tempo continua sendo prioridade maior: fundir o mais lúcido que proporciona o movimento operário de sempre com a irrupção inexorável de novas questões, e entre elas as vinculadas com a certificação de que os limites meio-ambientais e de recursos do planeta constituíram um problema principal. Por trás intui-se, de qualquer modo, uma disputa que tem vários decênios: a retirada do proletariado como sujeito revolucionário e, com ela, a confusão de muitos dos seus integrantes com as classes médias, circunstância que enrarece um bocado —parece— o cenário em que esta crítica está concebida. Convém dizer aqui o que amiúde se esquece: os que apreciamos problemas sérios em qualquer cosmovisão que pretenda continuar atribuindo ao proletariado o papel que lhe outorgaram no passado todos os mestres do pensamento socialista —sem distinção de correntes—, não sentimos alegria nenhuma pelo seu retrocesso revolucionário: limitamo-nos a resenhar o que é uma triste realidade. E lutamos, isso sim, para que a certificação das consequências dum triste processo como esse não se traduza num pós-moderno abandono das reivindicações, fortes, de ontem.

A segunda das críticas assinala, com formulações mais ou menos distintas, que o do decrescimento é um projeto reformista que afasta lamentavelmente o horizonte da insurreição revolucionária. Sem refugar, ainda, que determinadas modulações do discurso do decrescimento justifiquem essa leitura, convém opor alguns argumentos. O primeiro, e principal, assinala que não há nenhum motivo para separar abruptamente decrescimento e insurreição: os partidários desta última também têm a obrigação de perguntar-se pelas regras do jogo que

o modelo crescentista abraçado sempre pelo capitalismo tem instituído. Dito seja doutra forma: se em 1936, quando na Catalunha ou no Aragão a CNT se lançou à tarefa de instaurar o comunismo libertário, podia desculpar-se que não se formulasse a pergunta relativa a que cumpria produzir o dia depois da insurreição, hoje, tal como vão as cousas no planeta, não podemos permitirmos semelhante linha de conduta. O insurrecionalismo deve ser também, noutras palavras, decrescentista, porque do contrário bem poderia acontecer que, não sem paradoxo, se traduzisse no esquecimento de elementos centrais da contestação do capitalismo, risco muito frequente, aliás, em determinada linguagem inchada de oratória revolucionária. Em qualquer caso, aceitemos que há que fortalecer com clareza a dimensão anticapitalista da proposta decrescentista, e sublinhar que a necessária vontade de questionar a ordem de propriedade do capitalismo —com a defesa duma propriedade coletiva socializada e autogestionada— deve ser acompanhada de medidas que cancelem a ilusão de podermos continuar crescendo de forma indiscriminada. E perguntemos aos companheiros que se reclamam da insurreição ao tempo que abominam do decrescimento qual é o lugar desde o que falam, porque parece que se dispõem de precisos instrumentos de análise da realidade e de poderosos movimentos que obrigassem a concluir que a sua proposta é claramente preferível. Curioso é, de resto, que muitas destas críticas procedam do mundo libertário. Talvez a autoritarização de determinados setores deste último fez com que se esquecesse um dos alicerces mentais, acaso pré-político, do pensamento anarquista: a conveniência de não esperar as ocupações de palácios de inverno ou triunfos eleitorais para começar a mudar as cousas. Esse alicerce é, entre outros, o que coloca cognitiva e emocionalmente

a muitos libertários em posições espontaneamente próximas das que defende o decrescimento orgulhosamente anticapitalista.

Não custa trabalho nenhum admitir, de qualquer modo, que existe o risco de que o do decrescimento seja um mais dos muitos projetos que o capitalismo acabou por engolir. A réplica é, mesmo assim, simples: os que acreditamos no acerto da sua proposta geral devemos fazer o que está nas nossas mãos para evitar que essa possível absorção seja uma realidade. E devemos lembrar que incluso na sua dimensão menos ambiciosa e pactista, na forma duma espécie de desobediência civil suave perante a lógica da produção e do consumo, o do decrescimento é um passo à frente com respeito ao que temos. Com a vocação anunciada, trabalhemos para conseguir que as críticas até agora expressadas se reformulem com a olhada posta em dotar ao projeto das defesas que permitam afastá-lo da cooptação pelo capitalismo, e isso, naturalmente, desde a consciência de que o nosso projeto não pode ser exclusivamente decrescimentalista: o decrescimento é uma parte dum programa mais geral, de tal forma que por si só não con gura nenhuma resposta mágica aos nossos problemas.

Qualquer projeto anticapitalista no Norte desenvolvido de princípios do século XXI tem de ser, por necessidade, decrescimentalista, autogestionário e antipatriarcal. De contrário estará a fazer o jogo dramaticamente —invertamos o argumento enunciado por quem nos critica— ao sistema que pretende contestar. Mas, ao mesmo tempo, e em paralelo, lutemos, claro que sim, por nos afastar das eventuais modulações do decrescimento que não se revelam manifestamente anticapitalistas.

15.

Por trás do decrescimento está uma proposta alternativa que tem, se assim se quiser, meia dúzia de alicerces. O primeiro deles, e talvez o principal, não é outro que a sobriedade e a simplicidade voluntária. Terry Eagleton assinalou no seu momento que Samuel Beckett, o escritor irlandês, prémio Nobel de Literatura, «compreendeu que o realismo sóbrio e carregado de pesadume serve a causa da emancipação humana mais lealmente que a utopia carregada de ilusão»¹⁵³. A expressão *simplicidade voluntária* foi ideada em 1981 por Duane Elgin para definir a atitude das pessoas que desejam viver com menos, consumir de forma responsável e examinar as suas vidas para assim determinar o que é importante e o que não¹⁵⁴. Neste terreno cumpre a remar, com Henry David Thoreau, que «um homem é tanto mais rico quanto maior é o número de cousas das quais pode prescindir», como cumpre lembrar que Sócrates acudia ao mercado para comprovar a inexistência de bens dos que não tinha necessidade¹⁵⁵. Fechemos o capítulo de citações de homens célebres com a recordatória de que para Gandhi o cume da civilização não era determinado pelo desígnio de possuir, de acumular, cada vez mais, mas sim pelo de reduzir e limitar as necessidades¹⁵⁶. As razões que explicam a opção pela

153 J. Riechmann, «Oikos & Jaikus. Reflexiones sobre la crisis ecosocial», em Linz, Riechmann e Sempere, *op. cit.*, pág. 117.

154 N. Shepherd, «Vive la décroissance», artigo publicado em *The New Zealand Herald* (Auckland) e reproduzido em *Le courrier international* (n.º 896, 2-9 de janeiro de 2008).

155 M. Pallante, *Discorso sulla decrescita* (Luca Sossella, Roma, 2007), págs. 3-34.

156 Latouche, *Le pari...*, pág. 102.

simplicidade voluntária são várias: a péssima situação econômica geral, a ausência de tempo para levar uma vida saudável, a necessidade de manter uma relação equilibrada com o meio ambiente, a certeza de que o consumo não deixa espaço para a vida ou, em fim, a consciência, em virtude dum projeto de estrito altruísmo, das diferenças entre quem consome em excesso e quem carece do essencial¹⁵⁷. Deve sublinhar-se que a simplicidade voluntária não acarreta uma estrita norma que impeça as transgressões. Como o assinala Cheynet, o problema é que nas nossas sociedades as transgressões se converteram na norma, alentadas por um esquema que faz com que vivamos atados ao consumo e não imaginemos outro horizonte distinto¹⁵⁸.

Um segundo alicerce é a defesa do ócio frente ao trabalho obsessivo e, com ela, a defesa da repartição do trabalho, uma velha demanda sindical hoje visivelmente esquecida. Há que apostar na redução do tempo de trabalho, no ócio e no abandono duma infinidade de produtos inúteis. Frente ao «mais depressa, mais longe, mais amiúde e menos caro» deve postular-se, noutras palavras, o «mais devagar, menos longe, menos amiúde e mais caro» (Yves Cochet)¹⁵⁹. Ou, por resgatar a referência de Ridoux, convém sublinhar que há que escolher entre duas formas de administrar a abolição do trabalho: «Uma que conduz a uma sociedade do desemprego; outra que conduz a uma sociedade do lazer. Há que reconquistar o tempo pessoal, um tempo vinculado com a lentitude e com a contemplação,

157 S. Mongeau, «Verso la simplicità voluntaria», em M. Bonaiuti (dir.), *op. cit.*, págs. 139.

158 Cheynet, *Le choc...*, pág. 106.

159 Cit. em Latouche, *Le pari...*, pág. 226.

afastado do pensamento e as práticas produtivistas, mas não por isso puritano e censurador das necessidades legítimas»¹⁶⁰. Deixemos falar a respeito disto a Gorz: «A sociedade do desemprego é a que progressivamente se situa perante os nossos olhos: por uma parte uma massa crescente de desempregados permanentes; por outra uma aristocracia de trabalhadores protegidos, e entre eles um proletariado de trabalhadores que, numa situação precária, realizam as tarefas menos qualificadas e mais ingratas. A sociedade do lazer só se esboça nos interstícios e como contraponto da sociedade presente: baseia-se no princípio de ‘trabalhar menos para trabalhar todos’»¹⁶¹. O próprio Gorz apostilou o que segue: «Nego-me a estender a noção de ‘trabalho’ às atividades autônomas e ao trabalho para si (é dizer, ao trabalho que não tem valor de uso senão para aquele que o realiza). A redução da duração do trabalho não terá um valor libertador nem mudará a sociedade se servir só para redistribuir o trabalho e para reduzir o desemprego. A redução do trabalho não é simplesmente um procedimento de gestão do sistema. Também é um fim em si, em tanto que rebaixa as pressões sistematizadoras e as alienações que pesam sobre os indivíduos por efeito da sua participação nos processos sociais de produção»¹⁶².

O terceiro alicerce, inelutável se tomarmos conta do que estamos a dizer, é o triunfo da vida social frente à lógica da propriedade e do consumo ilimitado. Os verbos que hoje regem a nossa vida quotidiana são *ter-fazer-ser*: se *tenho* isto ou aquilo,

160 Ridoux, *op. cit.*, págs. 96-97.

161 Gorz, *op. cit.*, pág. 88.

162 *Ibidem*, págs. 113-114.

então *farei* isto e *serei* feliz¹⁶³. Pensemos em que medida os telemóveis e o correio eletrónico discutam a comunicação direta, facilitam as mensagens simples e super ciais, e cancelam, em m, o vigor das emoções. Há que postular, em paralelo, uma maior oferta de serviços em lugar da venda de produtos, e a fabricação de bens mais duradouros num cenário em que a posseção deve perder terreno em proveito da redescoberta do já usado¹⁶⁴.

Um quarto alicerce oferece-o a redução das dimensões de muitas das infraestruturas produtivas, das organizações administrativas e dos sistemas de transporte. «É interessante», assevera Manfred Max-Neef, «observar animais ou insetos que vivem em grupos. É extremadamente raro que excedam a dimensão crítica do seu grupo, quer sejam elefantes, gaivotas, abelhas ou formigas. Quando alcançam a dimensão crítica, o grupo separa a sua população excedente para que esta origine um grupo novo. Curiosamente, o ser humano é o único que parece ter perdido a habilidade natural para se manter dentro de grupos que não excedam a sua dimensão crítica»¹⁶⁵. Na mesma linha, Ernst Friedrich Schumacher assinala: «Hoje padecemos uma idolatria do gigantismo, que é quase universal. Por isso é necessário insistir nas virtudes do pequeno»¹⁶⁶.

O que apontamos serve de base para o quinto alicerce, que reclama uma contundente primazia do local sobre o global. Neste âmbito impõe-se, por cima de tudo, reduzir sensivelmente os transportes e os seus efeitos nocivos. Muitas vezes se

163 Ridoux, *op. cit.*, pág. 27.

164 Linz, «Sobre su ciencia...», pág. 16.

165 M. Max-Neef, *La dimensión perdida* (Nordan, Montevideu, 2007), pág. 34.

166 Cit. em *ibidem*, págs. 67-68.

propôs a esse respeito o exemplo do que ocorre com o iogurte embalado que consumimos na Europa. Segundo uma estimativa, os diversos elementos que nos permitem aceder ao iogurte —o leite, os morangos cultivados em Polônia, o alumínio do envasilhamento, a distribuição...— percorreram um total de 9.000 quilómetros¹⁶⁷. O transporte do iogurte em questão tem consequências nocivas no que diz respeito ao *efeito de estufa*, provoca a geração de resíduos vários em forma de papel, plástico e alumínio, necessita empregar substâncias conservantes que amiúde dão cabo dos fermentos láteos e reduzem o valor nutritivo do produto, e exige, em m, despesas importantes que se traduzem, claro, no preço. Pelo contrário, «um iogurte autoproduzido não deve ser transportado, não gera resíduos, é muito rico em fermentos láteos vivos e, ao não reclamar outros custos que os do leite, tem um preço dous terços inferior. Contribui para a descida do Produto Interno Bruto, mas é quantitativamente melhor, fortalece a qualidade ambiental ao reduzir as emissões que alteram o clima e não se traduz em resíduos, ao tempo que demanda menos dinheiro para satisfazer as mesmas necessidades alimentares, permitindo trabalhar menos e dispor de mais tempo livre»¹⁶⁸.

Em relação com o anterior, Jorge Riechmann permitiu-se afirmar que «as ricas sociedades industriais ‘sem vaga-lumes’ são sociedades de alta energia e baixa diversidade. Uma coisa está relacionada com a outra: a energia abundante e barata facilita o transporte horizontal a longas distâncias (uma rareza nos ecossistemas naturais), o qual põe em funcionamento di-

167 Latouche, «Per una società...», pág. 19.

168 Pallante, *Discorso...*, pág. 14.

nâmicas homogeneizadoras de tremenda potência. Pensemos na monotonia das formas de cultivar ou de construir nas sociedades industriais, se as compararmos com as ricas paisagens agropecuárias e as arquiteturas vernáculas. Pensemos em como tende a desaparecer a singularidade do lugar, arrasada pelas forças aplanadoras disso que chamamos globalização»¹⁶⁹. Frente a tudo isso o que se impõe é a regra invocada por Miguel Torga: «O universal é o local menos os muros»¹⁷⁰.

Interessemo-nos por um sexto e último alicerce, que nos fala de ativas políticas de redistribuição dos recursos em proveito das pessoas desfavorecidas e em franca contestação —como sublinharemos mais adiante— da ordem capitalista imperante. Nos países do Norte essas políticas devem preconizar, por exemplo, uma renda básica de cidadania que, universal, incondicional e individual, acrescente as possibilidades dos mais desfavorecidos; há quem tenha defendido em paralelo, de resto, um ingresso máximo autorizado¹⁷¹. Mas devem alentar também medidas que considerem, em lugar central, a melhora do nível de vida dos países pobres, sempre sobre a base, isso sim, da defesa de fórmulas que não reproduzam os modelos desenvolvistas e produtivistas que estão em crise no Norte. Para além do anterior, a proposta do decrescimento tem de chamar permanentemente a atenção sobre as aberrações que guiam o comportamento das classes endinheiradas. Majid Rahnema tem sublinhado a esse respeito que, «curiosamente, a miséria moral dos ricos e dos poderosos —uma matéria tabu para a li-

169 Riechmann, *Gente que...*, págs. 172-173.

170 Cit. em Latouche, *Petit traité...*, pág. 76.

171 Cheynet, *Le choc...*, pág. 105.

teratura especializada na pobreza— tem atraído mais a atenção dos romancistas, dos poetas e, claro, dos próprios pobres, do que a dos sociólogos e os economistas, que estimam que é uma questão afastada do seu objeto de estudo. O estudo profundo das verdadeiras causas da miséria poderia mostrar, contudo, que estão no centro —que são o centro— desse objeto»¹⁷².

Uma forma pedagógica de resumir o que consideramos nos parágrafos anteriores é a que tem conduzido Latouche a identi- car oito operações que começam por ‘re’: reavaliar — revisar os valores que regem a nossa vida—, reconceitualizar, reestruturar —adaptar produção e relações sociais à mudança de valores—, relocar, redistribuir —repartir a riqueza e o acesso ao património natural—, reduzir —rebaixar o impacto da produção e o consumo sobre a biosfera—, reutilizar —em vez de desprender-se duma in- nidade de dispositivos— e, em m, reciclar.¹⁷³ A esses ‘re’ é preciso contrapor vários ‘sobre’ noci- vos: sobreatividade, sobredesenvolvimento, sobreprodução, sobreabundância, sobrepesca, sobrepastoreio, sobreconsumo, sobrebalagem, sobrecomunicação, sobrecirculação, sobre- medicação, sobredevedamento, sobreequipamento...¹⁷⁴

172 Cit. em Latouche, *Le pari...*, págs. 62-63.

173 Latouche, *Décoloniser...*, pág. 18.

174 S. Latouche, «La décroissance: un projet politique», em «Décroissance et politique», monografía de *Entropia* (nº1, outono de 2006), pág. 13.

16.

Frente aos seis alicerces mencionados no epígrafe anterior revela-se, entre nós, uma infinidade de práticas lamentáveis. Tem o seu sentido que resenhemos, sequer seja de maneira elementar, algumas delas. No âmbito da agricultura, por exemplo, as ajudas oficiais beneficiam descaradamente, nos países do Norte, as grandes empresas agroalimentares. Outro tanto acontece com a investigação, com ajudas que se orientam cara à biotecnologia e às formas de monocultivo intensivo. Frente a isto parece claro que há que propiciar a biodiversidade, a segurança alimentar e os regimes sãos.

Pelo que diz respeito à energia, todos os grandes projetos estão subsidiados pelos governos e costumam ter impactos meio-ambientais muito graves; os investimentos correspondentes poderiam destinar-se, porém, a facilitar o desenvolvimento de energias renováveis de base fundamentalmente local. No terreno da educação, há razões poderosas para opor-se com inteireza à privatização e à crescente presença das empresas privadas no mundo do ensino público; também se deve contestar a uniformização de conteúdos a que assistimos, em particular nos países pobres, submetidos à nova colonização que gera o processo globalizador. Pelo que se refere à saúde, e frente aos grandes hospitais que proliferam por toda a parte, a aposta deve ser em proveito duma saúde descentralizada muito mais virada para as tarefas de prevenção e baseada ante tudo na medicina geral. Ante a visível concentração que acossa os meios de comunicação o que se impõe, em fim, é a defesa de fórmulas ativas de descentralização que ponham em questão, de resto, a primazia da publicidade e dos interesses privados.

Parece evidente que, no âmbito do transporte, o problema principal con gura-o a consolidação de formidáveis redes de longa distância que estão a dar cabo dos mercados locais. Tudo mira à construção de novas infraestruturas que acrescentam o peso dos transportes e que são lamentavelmente subsidiados por uns poderes públicos que teimam em per lar mais quilómetros de estradas e autoestradas (e mais trens de alta velocidade). Muitos desses recursos poderiam destinar-se ao desenvolvimento de meios de transporte que melhorem a situação das pequenas entidades econômicas, criando em paralelo empregos e reduzindo os danos meio-ambientais. Entre os bene ciários da situação atual estão, nomeadamente, as grandes superfícies comerciais. Lembre-se que por cada emprego precário criado nessas grandes superfícies se perdem cinco empregos estáveis no pequeno comércio, ao tempo que desaparece o tipo de relação social que neste se estabelecia. Os empregos nessas superfícies costumam estar mal pagos, o comum é que seja preciso utilizar o automóvel para aceder a elas, e nem sequer está claro que os preços sejam mais baixos, tanto mais quanto que a qualidade e a variedade de muitos dos produtos ofertados são escasas¹⁷⁵.

Nada retrata melhor as misérias do irracional modelo econômico e ecológico que padecemos que o automóvel. Hoje há mais de 800 milhões de carros no planeta —a cifra duplicou-se em menos de trinta anos¹⁷⁶— e entre as dez empresas maiores três correspondem ao setor que nos interessa¹⁷⁷. É signi cativo

175 Ridoux, *op. cit.*, págs. 136-137.

176 R. Fernández Durán, *El crepúsculo de la era trágica del petróleo* (Virus, Barcelona, 2008), págs. 39-40.

177 *Ibidem*, pág. 40.

que quando se quer recriar um mundo vivível e agradável, o comum é que pensemos imediatamente num mundo sem automóveis. Estes têm consequências nefastas. Ocupam a maior parte das superfícies públicas: se em Paris 60% das ruas está ocupado por lugares para estacionar, um carro reclama doze vezes mais espaço por pessoa transportada do que um autocarro¹⁷⁸. Um dos efeitos do anterior é a crescente fealdade que se deriva, no meio urbano, de túneis, passos elevados ou estacionamentos subterrâneos. Os veículos são, por outra parte, vitais para o funcionamento das grandes superfícies —já o assinalamos—, em detrimento da atividade comercial tradicional.

Como é bem sabido, e noutra terreno, os carros continuam uma fonte notabilíssima de poluição¹⁷⁹ —também acústica, já agora— e de acidentes; estes últimos são a primeira causa de mortalidade nos países desenvolvidos (1 200 000 mortos anuais no planeta, para além de entre 20 e 50 milhões de feridos)¹⁸⁰. E, porém, os automóveis permitem acrescentar o Produto Interno Bruto e o incremento das vendas considera-se um indicador de prosperidade. Não se esqueça que os carros reclamam, para a sua conservação, somas astronômicas, que

178 D. Cheynet, «Automobile et décroissance», em VVAA., *Objectif décroissance...*, págs. 187.

179 A casa automobilística Honda declara possuir um «per 1 completamente ecológico», algo que ao que parece se materializa no facto de os seus carros de competição incluírem «um enorme mapa do mundo com prados verdes, nuvens, oceanos e céus azuis». O facto de a Honda ter declarado a sua vontade de lutar contra a mudança climática não impede que os carros de Fórmula 1 sejam decisivos na hora de assentar no imaginário coletivo o mito do automóvel, alentando os hábitos de consumo correspondentes. Veja-se M. Pallante, «Proposta di un programma politico per la decrescita», em Pallante (dir.), *Un programma...*, pág. 27.

180 Ridoux, *op. cit.*, pág. 82.

exigem a realização de numerosas horas de trabalho —amiúde levam 30% do orçamento familiar—, e isso apesar de que, ao menos no meio urbano, não permitem mover-se com velocidade (20 quilómetros/hora em muitas cidades, com registros frequentemente inferiores aos duma bicicleta). Há quem lembra que o tempo que um carro permite poupar se vê superado claramente pelo número de horas que há que trabalhar para adquiri-lo e mantê-lo: «Ainda que a invenção do carro permite aumentar consideravelmente a velocidade nos deslocamentos, se contabilizarmos todo o tempo investido em trabalhar para adquirir esse carro, para pagar os seguros, para fazer frente à gasolina e às reparações, então acontece que a velocidade desce a 6 quilómetros por hora. (...) Para a maioria dos deslocamentos uma boa bicicleta é muito mais rápida»¹⁸¹. Os carros são objeto, em m, duma visível adoração consumista. Sublinhe-se o particular relevo que o automóvel tem para marcar o trânsito da adolescência à maturidade: deixa-se atrás a adolescência quando se dispõe dum carro. Semelhante trânsito algo tem a ver, também, com a consolidação do isolamento social: é bem sabido que os carros costumam estar ocupados por uma única pessoa.

181 B. Guibert, «Introduction», em Guibert e Latouche (dirs.), *op. cit.*, págs. 7-8.

17.

Hora é esta de assinalar que os valores cuja presença exige um projeto de decrescimento em modo nenhum são desconhecidos nas sociedades humanas. Não estamos a falar, neste sentido, dum projeto intelectualmente novo: tem, pelo contrário, numerosos, e sólidos, antecedentes. Latouche lembra-nos a esse respeito os contributos dos primeiros socialistas —os infelizmente chamados *socialistas utópicos*—, de muitos dos elementos da tradição anarquista, do situacionismo ou das obras de pensadores como Cornelius Castoriadis, John Dewey, André Gorz, Ivan Illich ou Henry David Thoreau¹⁸².

Mas o projeto que nos interessa vê-se ratificado também por práticas muito precisas, como as que se revelam em três âmbitos distintos. O primeiro achega-o a lógica económica que costuma manifestar-se dentro da instituição familiar (e em muitos dos usos próprios do meio rural): nela imperam o dom e a reciprocidade frente à mercadoria. Gorz salienta que «a economia política, como disciplina específica, não se aplica nem à família nem às comunidades que são suficientemente pequenas como para determinar de comum acordo o modo de cooperação dos indivíduos e as suas permutas de bens e serviços. A economia política começa onde terminam a cooperação e a reciprocidade»¹⁸³.

Respostas como as que reclama o decrescimento estão presentes também em muitas das manifestações históricas do movimento operário, e em particular nas vinculadas com

182 Latouche, *Petit traité...*, págs. 28-29.

183 Gorz, *op. cit.*, pág. 77.

o mundo libertário-anarquista, sempre decidido a construir desde embaixo, e desde agora, formas alternativas de sociedade. É importante assinalar, de qualquer modo, que as manifestações que nos interessam não faltam, em modo nenhum, nas tradições *comunista* e *socialista*. Uma dessas dimensões resgata-a com acerto Jorge Riechmann quando se refere aos hábitos cooperativistas e associativos «do movimento operário —penso nos decênios finais do século XIX e nos iniciais do XX, e penso tanto na subcultura socialdemocrata centroeuropeia como na anarquista meridional— (...); neste contexto chamo a atenção sobre a importância dos consumos coletivos»¹⁸⁴.

Um terceiro âmbito de presença dos valores que descrevemos nos epígrafes anteriores é o que proporciona a experiência histórica de muitas sociedades que, comumente qualificadas de *primitivas*, não estimam que a sua felicidade deva vincular-se com a acumulação de saberes e de bens. Lembremos a esse respeito que muitas comunidades tradicionais adaptaram o seu modo de vida a um entorno natural duradouro. Eis os exemplos dos labregos, dos camponeses, que no passado, e na Europa mediterrânea, plantavam oliveiras e videiras cujos frutos nunca chegariam a ver; estavam a pensar, com toda evidência, nas gerações vindouras¹⁸⁵. Mas eis também o exemplo dos integrantes de determinados grupos étnicos que, em Sibéria, acordam a morrer ao bosque para assim devolver à natureza o que a esta roubaram¹⁸⁶.

184 Riechmann, «Oikos & Jaikus...», pág. 99.

185 Latouche, *Survivre...*, págs. 65-66.

186 *Ibidem*, pág. 118.

O *social* está amiúde presente, por outra parte, no que chamamos *economia informal*. Em muitos casos «o objetivo da produção informal não é a acumulação ilimitada, a produção pela produção. A poupança, quando existe, não se destina ao investimento para facilitar uma reprodução ampliada. O setor não se desenvolve por concentração de unidades, mas sim por multiplicação. Os recursos servem em boa medida para satisfazer necessidades culturais: despesas de festa, solidariedade de grupo» (Latouche)¹⁸⁷. Cumpre mergulhar, noutras palavras, no que de *social* possa haver na injuriada economia que qualificamos de informal, não estruturada, paralela, marginal, não oficial, subterrânea ou oculta, sempre denegrida por comparação com a norma que vinculamos com a economia estruturada, oficial e organizada¹⁸⁸.

Nessas comunidades que desqualificamos como primitivas aprecia-se com facilidade a presença de formas de ver o mundo bem distintas das que se assentaram nos países ocidentais. Assim o testemunha o caso de muitas pessoas que, em Burkina e em Mali, se mostraram renuentes perante os projetos que a União Europeia elaborava no sentido de acrescentar indiscriminadamente o tamanho dos rabanhos para assim fazer dinheiro¹⁸⁹. Outro tanto cumpre dizer do exemplo dum labrego pobre que, em Madagáscar, se instala no mercado, ao nascer do dia, com cinco tomates, dous peixes e um quilo de patacas. Um estrangeiro propõe-lhe comprar tudo pelo preço demandado.

187 S. Latouche, *L'occidentalisation du monde* (La Découverte, Paris, (2005), pág. 156.

188 *Ibidem*, pág. 152.

189 Latouche, *Survivre...*, pág. 80.

Depois de meditá-lo, o labrego responde: «Vim aqui para ter notícias dos meus amigos e familiares. Se pego no teu dinheiro agora, não poderei car no mercado para desfrutar do dia com os demais. Rir com eles permite-me esquecer a miséria»¹⁹⁰. Os kapauku da Nova Guiné dedicam ao trabalho duas horas por dia no quadro duma agricultura de subsistência, e o mesmo ocorre com os índios kuikuru da Amazônia, como acontecia com muitos labregos russos antes da revolução bolchevique¹⁹¹; sobram os exemplos de comunidades humanas que outorgavam mais relevo, noutras palavras, à arte e ao descanso do que à produção de bens. Agreguemos o caso, em m, duma tribo de indianos que vivia na Amazônia. «Para cortar a lenha utilizavam pedras a adas e, por consequência, perdiam muito tempo. Uns missionários que estavam de visita pensaram que podiam ajudar se proporcionavam aos índios cutelos de bom aço norteamericano. Ao cabo dum ano os missionários voltaram e encontraram os índios a falar tranquilamente à sombra duma grande árvore. ‘E então’, perguntaram, ‘que aconteceu com os cutelos?’. ‘São magnícos’, responderam todos os índios ao mesmo tempo. ‘Então cortareis muita mais lenha do que antes’, replicaram os missionários. ‘E para que cortar mais lenha? Cortamos a mesma quantidade do que antes; mas, graças a vocês, agora temos muito mais tempo para aproveitá-lo’»¹⁹².

190 Latouche, *Décoloniser...*, pág. 130.

191 Latouche, *Le pari...*, pág. 94.

192 F. Terris, «I sistemi di scambio locale (SEL)», em M. Bonaiuti (dir.), *op. cit.*, pág. 182.

18.

«Por cima dos oito mil metros um não pode permitir-se agir de forma moral», a rmou um alpinista japonês que esqueceu alguns competidores em di culdades. O mesmo pode dizer-se, ao que parece, do que acontece a partir de determinado nível de riqueza¹⁹³. Assim as cousas, sobram as razões para reclamar uma conduta individual e coletiva que, no que atinge à procura da igualdade e ao respeito pela natureza, se ajuste a critérios bem diferentes, a uma moral distinta.

Quais haveriam de ser os traços dessa nova moral? Começemos por lembrar que algumas das matrizes mentais do pensamento judeu-cristão parecem levar direta e infelizmente pela via do crescimento incontrolado. Aí está isso do «crescei e multiplicai-vos», como está o texto da *Génese* que reza: «Sede fecundos e multiplicai-vos, enchei a Terra e submetei-la, dominai os peixes do mar, os pássaros do céu e todos os animais». Ainda que também pode invocar-se o relato do ocorrido com Noé, a quem Deus disse: «Sede fecundos, multiplicai-vos e enchei a Terra. Que o temor e o terror que suscitareis se exerça sobre todas as feras da selva. (...) quanto se move e tem vida vos servirá de alimento». É o pecado de Adão e Eva o que, aliás, gera como castigo o acesso ao que Flahault descreve como o «estado de cultura», e com ele ao nascimento do desejo, ao emprego da roupa, ao trabalho e à preparação de alimentos, misteres todos eles caracterizados negativamente como uma degradação¹⁹⁴. É verdade, sim, que Deus impôs um limite que al-

193 Latouche, *Décoloniser...*, pág. 90.

194 Flahault, *op. cit.*, pág. 50.

guns interpretam que ilustraria o vigor duma procura explícita, no sentido que comporta que a natureza deve seguir sendo o que era: «O único que não comereis será a vida da carne, isto é, o seu sangue»¹⁹⁵.

A moral que inspira o projeto que aqui defendemos afasta-se claramente do «crescei e multiplicai-vos». Postula, pelo contrário, uma sociedade em que a qualidade pesa mais do que a quantidade, a cooperação se impõe à competição e em que a justiça social encurrala o economicismo. No núcleo dessa sociedade deve despontar o que Illich qualifcou de *convivencialidade*, isto é, uma expansão das relações sociais de convivência num quadro de frugalidade, sobriedade, simplicidade voluntária e austeridade no consumo material¹⁹⁶. O decrescimento material, em palavras de Mauro Bonaiuti, «será um crescimento relacional, *convivencial* e espiritual, ou não será»¹⁹⁷.

Essa moral defende com firmeza algo bem conhecido: a felicidade não cresce em paralelo com o dinheiro e com o consumo. A cultura dominante nas nossas sociedades vincula, porém, a felicidade com o consumo, e fecha toda consideração duma eventual felicidade que beba da relação com outros e da alegria comum¹⁹⁸. Frente à lógica econômica que inspira a figura de Robinson Crusoe é necessário cancelar a ênfase que se outorga aos bens materiais em proveito dos bens *relacionais*¹⁹⁹.

195 Cacciari, *op. cit.*, pág. 44.

196 Latouche, *Décoloniser...*, pág. 17.

197 M. Bonaiuti, «À la conquête des biens relationnels», em VV.AA., *Objectif décroissance...*, pág. 33.

198 Arnaud Berthoud, cit. em Latouche, *Le pari...*, pág. 170.

199 Ridoux, *op. cit.*, pág. 28.

Não está de mais resgatar o que John Stuart Mill escreveu em 1848: «A situação estacionária da população e da riqueza não implica a imobilidade do progresso humano. Ficaria mais espaço que nunca para todo o tipo de cultura moral e de progresso moral e social; mais espaço para melhorar a arte de viver e maiores probabilidades de ver a melhora no momento em que as almas deixassem de sentir-se seduzidas pela preocupação de adquirir riquezas»²⁰⁰. O próprio Mill agregou: «Confesso que não me fascina o ideal de vida mantido por quem pensa que o estado normal dos seres humanos é lutar para medrar; que atropelar, triturar, dar-se cotoveladas e pisar os pés os uns aos outros, comportamentos que constituem o tipo de vida social hoje existente, são o destino mais desejável para o gênero humano ou meros sintomas desagradáveis duma das fases do progresso industrial. (...) a melhor situação para a natureza humana é aquela em que ninguém é pobre e ninguém deseja ser mais rico nem tem razão alguma para temer ser relegado pelos esforços dos demais para ocupar o primeiro posto»²⁰¹.

Outra das dimensões relevantes da moral *decrescimental* é o desígnio de fazer frente ao culto à velocidade que impera nas nossas sociedades. Ainda que as nossas vidas são mais longas do que as dos nossos antepassados, o certo é que as vemos passar muito mais depressa. «Estar permanentemente atarefado, com uma urgência trás outra, proporciona» —equivocamente— «a segurança duma vida plena ou uma ‘corrida pelo sucesso’, única prova de autoafirmação num mundo em que toda referência ao ‘além’ está ausente, e onde a finitude da existência

200 Cit. em Ridoux, *op. cit.*, pág. 40.

201 Cit. em Hamilton, *op. cit.*, pág. 30.

é a única certeza (...). Ao agirem, as pessoas pensam, no curto prazo, em coisas que devem fazer-se de imediato ou num futuro próximo»²⁰².

Convém sublinhar mais uma vez, isso sim, que por trás das regras que invocamos não há nenhum puritanismo dogmático. Deixemos falar a esse respeito a Kate Soper: «Quem luta por um consumo menos materialista é amiúde apresentado como asceta puritano que busca outorgar uma orientação mais espiritual a necessidades e prazeres. Esta visão é enganosa, na medida em que esquece que o consumo moderno não se interessa de forma su ciente pelos prazeres da carne, não se encontra su cientemente vinculado com a experiência sensorial, está demasiado obcecado por uma série de produtos que ltram as grati cações sensoriais, eróticas, afastando-nos delas; uma boa parte dos bens que são considerados essenciais para preservar um nível de vida alto têm um efeito anestésico e não um efeito favorável à experiência sensorial; são antes avarentos que generosos em matéria de *convivencialidade*, de relações de boa vizinhança, de perfume e de beleza. Um consumo ecológico não acarretaria uma redução do nível de vida, nem uma conversão massiva em proveito da extramundandade, senão antes uma concepção diferente do nível de vida mesmo»²⁰³.

202 Nicole Aubert, cit. em Bauman, *op. cit.*, pág. 132.

203 Cit. em Latouche, *Altri mondi...*, págs. 123-124.

19.

Já assinalamos que, por razões óbvias, os efeitos do decrescimento nas sociedades opulentas não serão os mesmos no que diz respeito às classes adinheiradas e àquelas pessoas que com o seu trabalho permitiram que essas classes sejam o que são. É legítimo perguntar-se, agora, se os defensores do decrescimento postulam este também em relação aos países pobres. Se por um lado seria absurdo reclamar políticas de decrescimento em lugares onde a pobreza é extrema —há que desterrar da nossa linguagem o adjetivo *subdesenvolvidos* que qualifica os países correspondentes e que tem uma clara condição etnocêntrica²⁰⁴—, pelo outro nada seria mais inconveniente que defender nesses lugares, porém, uma repetição dos desastres que marcaram o crescimento historicamente registrado no Norte rico.

Recordemos a respeito destas disputas dous fatos importantes. O primeiro sublinha que, se desejarmos alcançar uma fórmula igualitária em termos de emissões de CO², e sobre a base dos 9.000 milhões de seres humanos que viverão em 2050, o consumo dum norteamericano médio deverá reduzir-se doze vezes, enquanto o dum europeu terá que dividir-se por seis: um hindu verá como se acrescentam, porém, os seus níveis de consumo numa quinta parte, um paquistanês multiplicará esses níveis por dous e um habitante do Nepal por vinte²⁰⁵. O segundo invita-nos a concluir que uma aposta planetária no decrescimento não teria efeitos notáveis em matéria de redução

204 Latouche, *Le pari...*, pág. 131.

205 Paul Ariès, cit. em Latouche, *Le pari...*, pág. 219.

do consumo convencional nos países do Sul (ainda que sim os teria, claro, nos do Norte): não esqueçamos que hoje 80% dos seres humanos vive sem carro, frigorífico e telefone, enquanto 84% não viajou nunca de avião²⁰⁶.

Na percepção de Latouche, os países pobres devem empreender um punhado de tarefas: romper com a dependência económica e cultural com respeito ao Norte, recomeçar o fio duma história interrompida pela colonização, o desenvolvimento e a globalização, rencontrar a identidade, reapropriar-se desta, recuperar as técnicas e saberes tradicionais, conseguir o reembolso da dívida ecológica e restaurar, em fim, a honra perdida²⁰⁷. A contestação do crescimento e o desenvolvimento não pode acarretar, em qualquer caso, uma nova colonização ocidental.

206 Clémentin e Cheynet, *op. cit.*, pág. 15.

207 Latouche, «Per una società...», pág. 24.

20.

É tão necessário como legítimo discutir se o termo *decrescimento* é o adequado para descrever a proposta que nos atrai neste texto ou, pelo contrário, e como assinalam vozes muito respeitáveis, arrasta problemas graves. Ainda que o termo apresenta, sim, os seus problemas e não é em modo nenhum perfeito, parece que apesar disto esconde virtudes que o fazem preferível a outros —na verdade, não sobram os possíveis substitutos— sugeridos como alternativos.

Falando a sério, nenhum dos conceitos que utilizamos para descrever iniciativas complexas deixa de produzir problemas. Empreguemos um exemplo para ilustrá-lo: embora sejam muitas as pessoas que se confessam *anticapitalistas*, parece evidente que não todos os discursos que se reclamam dessa etiqueta merecem o seu apoio. Determinadas modulações do rigorismo islamista, sem ir mais longe, contestam fortemente o capitalismo sem que —parece— os seus alicerces conceituais e a sua proposta alternativa sejam, é claro, defendíveis. Em semelhantes condições, não se pode pretender que o termo *decrescimento* esteja livre de carências e pecados. Há quem assinale, assim, que na realidade no planeta contemporâneo se tem verificado nos últimos tempos um ativo processo de decrescimento que é o resultado do que muitos chamam *crise nanceira*. É evidente que esse processo nada tem a ver, porém, com a nossa proposta, e isso ainda que resista o emprego —é verdade que bem pouco frequente— do mesmo termo. Num sentido mais profundo, cumpre reconhecer que o do decrescimento acarreta um risco que não é menor: se declaramos rejeitar o conceito de *crescimento* porque consideramos que recte uma aberrante inclinação em proveito do estritamente quantitativo e em detri-

mento da consideração de variáveis sociais e meio-ambientais fundamentais, corremos o perigo de que, depois de contrapor o vocábulo *decrescimento*, este se veja impregnado do quantitativismo do seu contrário, de tal maneira que se traslade a ideia de que, nos fatos, o único que demandamos é que se registrem reduções nos níveis de produção e de consumo.

A esse respeito, e numa primeira e compreensível resposta, a rmar-se-á, então, que devemos pôr o acento, não na demanda dessas reduções, e sim na condição do projeto alternativo —primazia da lógica social frente ao consumo e a propriedade, repartição do trabalho, ócio criativo, redução do tamanho de muitas infraestruturas, preponderância do local sobre o global, sobriedade e simplicidade voluntárias, redistribuição de recursos, contestação da ordem da propriedade capitalista— que se defende, ou, o que é quase o mesmo, que há que prescindir do termo *decrescimento*. Parece, porém, que, se operarmos dessa maneira, o que se ganhará por um lado perder-se-á pelo outro. Não se trata, é claro, de esquivar a menção, sempre necessária, dos traços do projeto alternativo. O que se trata é de perguntar-se se a simples enunciação daqueles, mil vezes realizada desde o universo do ecologismo radical, é suficiente, em termos de comunicação pública, para desvelar um problema tão grave como o que hoje temos entre as mãos e para despertar muitas consciências adormecidas.

E isso por não falar do que muitas vezes parece evidente: algumas das manifestações do projeto *ecossocialista* não acabam de dar o passo decisivo no sentido de questionar diretamente as supostas virtudes do crescimento econômico que se manifesta nas nossas sociedades. Nesse sentido, o termo *decrescimento*, apesar das suas carências, tem o mérito de pôr na frente dos olhos determinadas exigências que noutras circuns-

tâncias cariam um pouco nebulosas. Dito seja de passagem, convém formular a mesma crítica no que se refere ao vocábulo *acrescimento*, que parece antes invocar a conveniência de deixar as cousas como estão.

É verdade, sim, que a discussão que nos atrai tem per s distintos se utilizamos os indicadores econômicos do sistema ou se, pelo contrário, empregamos outros de caráter alternativo. No primeiro caso não há forma de esquivar uma conclusão: a nossa demanda de dar cabo da atividade —ou ao menos de reduzir esta sensivelmente— de setores como a indústria militar, a do automóvel, a da aviação, a da construção ou a da publicidade traduzir-se-ia inevitavelmente numa redução do Produto Interno Bruto, sem que seja fácil compreender que é o que de negativo percebem nela aqueles que receiam do termo *decrescimento*. Parece como se reivindicar medidas que devem rebaixar os níveis do Produto Interno Bruto fosse uma atividade pecaminosa. Outra conversa é, claro, o que aconteceria se utilizássemos indicadores alternativos que valorem na sua justa medida as atividades —enunciemos a sua condição de maneira muito geral— de natureza social e meio-ambiental. Não há motivo nenhum para rejeitar que, então, o retrocesso dos setores econômicos que reivindicamos, caria compensado pelo impulso que receberiam essas atividades sociais e meio-ambientais, com o qual, no cômputo nal, a economia em conjunto poderia, claro que sim, *não decrescer*.

Mas não devemos esquecer que, por muito razoável que seja esta última consideração, e não sem paradoxo, o certo é que a gente comum pensa em termos dos indicadores convencionais, de tal forma que parece preferível colocar perante a cidadania o que aqueles, apesar da sua impresentabilidade geral, revelam com clareza: o peso ingente de atividades econômicas

extremadamente daninhas para o meio natural e a necessidade consequente de impor um freio. Há quem aduza, sim, que assumir como próprio, mesmo a contragosto, esse terreno de jogo é uma opção delicada, tanto mais se se demandar, em época de eleições, o fechamento de muitos complexos industriais e a repartição do trabalho (talvez isto tem alguma relação com o fato de as propostas de decrescimento germinarem com maior rapidez no mundo libertário, por de nição afastado das consultas eleitorais).

A réplica neste caso é simples: o que em nenhum caso deve fazer-se é jogar com questões tão delicadas como estas. Poderíamos deslizar por um caminho mil vezes percorrido, como é o de rebaixar o caráter das propostas para que as pessoas não vejam nelas o que se trata, precisamente, de que percebam com clareza. Neste âmbito, o termo *decrescimento* tem a virtude do golpe que coloca ante nós um problema fundamental, depois de nos ter obrigado a formular perguntas muito delicadas sobre a sem-razão que rodeia o *crescimento* que desponta por todas partes. E essa capacidade de despertar consciências não procede de nenhum dos respeitáveis vocábulos alternativos que empregam os detratores da palavra *decrescimento*. O anterior em nada resta importância, porém, a um fato: quem emprega essa palavra deve pôr todas as suas capacidades em sublinhar que o projeto correspondente não acarreta em modo nenhum uma geral infelicidade. Como já assinalamos, trabalharemos menos e, em muitos casos, ganharemos menos também, para assim poder desfrutar de muito mais tempo para outras atividades e demonstrar claramente que é possível viver, mais felizes, consumindo muito menos.

21.

Os movimentos pelo decrescimento nasceram em dous países europeus, França e Itália, nos quais desfrutam de certo peso e influência. O momento atual—muito vinculado, como é fácil intuir, com a crise financeira e as suas consequências— é de clara expansão dessas redes, como pode apreciar-se no próprio Estado espanhol. Aos movimentos pelo decrescimento que existem desde anos atrás na Catalunha, somaram-se nos

lidade de muitas das práticas econômicas, sociais e ecológicas dos governos de agora e de antes. Mas é obrigado sublinhar o vigor dum fato que ultrapassa o âmbito dos dados que até agora utilizamos neste epígrafe: todos eles bebem —não se esqueça— da ideia de que nuns ou outros lugares estão a aparecer movimentos que abraçam formalmente, nos seus programas ou nas suas práticas, critérios devedores das propostas do decrescimento. Há, porém, outra face, importantíssima, da questão: a que começam a formalizar muitas pessoas que, sem vinculações orgânicas e, provavelmente, e na maioria dos casos, sem conhecimento dos debates sobre estas matérias, assumem na sua conduta quotidiana formas de ação claramente próximas das que preconizam os movimentos estruturados. Sirva como ilustração ao respeito o resultado dum estudo realizado, anos atrás, na União Europeia. Relativo aos países escandinavos, nos quais, e como é sabido, os níveis de cobertura social são muito notáveis, refere-se a uma gura bem conhecida: a duma pessoa de certa idade que perde o seu posto de trabalho e enfrenta enormes problemas para encontrar um novo. Em muitos casos fez-se evidente que estas pessoas descobrem que, reduzindo sensivelmente os seus níveis de consumo, claramente excessivos, podem viver de maneira muito mais feliz com um subsídio público várias vezes inferior às rendas que antes obtinham através dum trabalho quase sempre absorvente e extenuante²⁰⁸. Não é preciso sublinhar —parece— que os resultados deste estudo remetem, como anunciamos, para a condição duma cidadania que assume nos fatos, na sua vida quotidiana, práticas vinculadas com o decrescimento.

208 Hamilton, *op. cit.*, pág. 168.

Aliás, e no terreno conceitual, o momento presente bem pode descrever-se da seguinte maneira: agora que dispomos duma teoria sobre o decrescimento razoavelmente assentada chegou o momento de trabalhar em como essa teoria deve traduzir-se para âmbitos precisos. Trata-se, noutras palavras, de saber o que significa o decrescimento no meio urbano e no meio rural, quais terão de ser as suas consequências no caso das mulheres e dos varões, como se desenvolverá o programa correspondente na saúde e na educação, que efeitos poderiam ter as práticas que nos ocupam em matéria de migrações... Parece que esta descida da teoria a áreas mais precisas é tanto mais urgente quanto que, obviamente, chegou o momento de levar à prática essa teoria.

A impressão geral sugere que, apesar do que possa parecer, o problema principal não nasce, em modo nenhum, da aplicação técnica dum programa de decrescimento. Nasce, pelo contrário, da dificuldade de modificar muitos dos nossos *chips* mentais no sentido que invocava Gandhi, quando afirmou que o cume da civilização não se assenta no desígnio de possuir, de acumular, cada vez mais, mas sim no de reduzir e limitar as necessidades²⁰⁹.

209 S. Latouche, *Le pari...*, pág. 102.

22.

O projeto de decrescimento que defendemos nada acarreta de ecologismo parvo e associal: assenta-se, pelo contrário, no firme desígnio de combinar o ecologismo forte com as lutas sociais de sempre. Nesta última dimensão, contestar a lógica do capitalismo tem necessariamente o duplo propósito de salvar o planeta e salvar a espécie humana.

Digamo-lo doutra maneira, convertendo Marx no miolo da nossa discussão. É verdade —já o assinalamos— que na maior parte da obra de Marx desponta uma visão lastrada por uma ênfase abusiva na fábrica, a produção, os capitalistas e os proletários, em franca desatenção de problemas vitais como os relativos aos limites meio-ambientais e de recursos que o planeta arrasta²¹⁰. A esse respeito Ernesto Balducci tem sublinhado que, junto às contradições no processo de produção analisadas por Marx, se revelam as do procedimento em virtude do qual o ser humano transforma a natureza. Enquanto «as primeiras deixavam intato o projeto global da revolução industrial e punham em questão apenas a relação entre os seus atores, o capitalista e o trabalhador, as segundas questionavam o projeto industrial como tal»²¹¹. Mas essa carência, inegável, na obra de Marx em modo nenhum invita a prescindir do resto desta, e nomeadamente da crítica do trabalho assalariado e da mercadoria, da explo-

210 Um eco da percepção do Marx obcecado pela produção e incapaz de apreciar as sequelas dos limites objetivos do planeta revela-se, não sem surpresa, em lábios doutras pessoas: «Por que deveríamos ocupar-nos da Terra quando o nosso dever é com os pobres e os doentes. Já se encarregará Deus da Terra», assinalou no seu dia a mãe Teresa de Calcuta. Cit. em Lovelock, *op. cit.*, pág. 3.

211 Cit. em Cacciari, *op. cit.*, pág. 14.

ração e do próprio capitalismo. Essa tem sido uma de ciência decisiva na proposta que nalmente formularam muitos partidos verdes, amiúde dirigidos por uma espécie de reducionismo ecologista que terminou por reduzir o relevo de tudo o restante. Se há que agradecer a essas forças políticas, e aos seus mentores intelectuais, que nos permitissem colocar em lugar central muitos debates relativos ao meio natural, lamentável seria que fosse em proveito dum abandono das lutas por uma sociedade diferente, também, no âmbito do trabalho e da exploração.

Não há decrescimento defendível, noutras palavras, se não se contestarem em paralelo a ordem capitalista e a sua dimensão de exploração, injustiça e desigualdade. Numa chave sugestiva, essa tarefa não parece difícil: «A ecologia é subversiva porque põe em questão o imaginário capitalista que domina o planeta. Rejeita o motivo central que assinala que o nosso destino consiste em acrescentar sem parar a produção e o consumo. Mostra o impacto catastrófico da lógica capitalista sobre o meio natural e sobre a vida dos seres humanos» (Castoriadis)²¹². Convém salientar cautelosamente, contudo, que o decrescimento, para além mesmo da intenção dos seus promotores, parece atentar diretamente contra os alicerces da lógica da acumulação capitalista, a lógica dum sistema que teima em destruir o planeta da mesma forma que destrui a vida social e qualquer coisa que tenha um caráter coletivo²¹³. A proposta de sociedade alternativa que acompanha o decrescimento tem de implicar a geração dum mundo inequivocamente orientado a deixar para trás o universo do capitalismo.

212 Cornelius Castoriadis, cit. em Latouche, *Le pari...*, pág. 9.

213 Latouche, «La décroissance: un projet politique», pág. 18.

É preciso atender uma dimensão mais destas disputas, que neste caso toma como alicerce uma conhecida afirmação de Walter Benjamin: «A revolução não é um trem que escapa. É utilizar o travão de emergência»²¹⁴. Terry Eagleton apostila o argumento quando sublinha que a revolução consiste em «intentar deter, em tratar de controlar o caos para voltar a certa ordem. (...) Não consiste em intentar alcançar as estrelas, mas sim em voltar à nossa natureza como criaturas, em voltar à nossa nitidez e à nossa fragilidade como pessoas»²¹⁵. A metáfora de Marx, que identifica nas revoluções as «locomotivas da história», «cava prisioneira da mitologia do progresso em que os caminhos de ferro, expressão da sociedade industrial, imagem do poder e da velocidade, foram o símbolo durante todo o século XIX. Depois dos carris de Birkenau, depois dos caminhos de ferro que os *zeks* construíram em Sibéria, as locomotivas não evocavam já a revolução» (Enzo Traverso)²¹⁶. Enquanto esta cava viva, não obstante, na metáfora paralela do travão de emergência, em modo algum podia imaginar-se este último se antes não se fazia valer a necessidade urgente de recuperar o projeto duma sociedade autogovernada em todos os seus níveis, consequência, é claro, do firme desejo e da vontade assumidos e expressados pela maioria das pessoas²¹⁷.

214 W. Benjamin, *Gesammelte Schriften*, vol. I, 3 (Suhrkamp, Frankfurt, 1972-1985), pág. 1232.

215 T. Eagleton, *Terror sagrado. La cultura del terror en la historia* (Universidad Complutense, Madrid, 2007), pág. 29.

216 E. Traverso, *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política* (Marcial Pons, Madrid, 2007), pág. 78.

217 Castoriadis, *op. cit.*, pág. 256.

23.

A a rmação, muito estendida, que sublinha que a crise destas horas lembra poderosamente a de 1929 encontra um problema notável: a crise contemporânea tem um caráter múltiplo que não exibia a de oitenta anos atrás. Reúnem-se hoje, numa combinação explosiva, a crise do capitalismo global —e da sua dimensão especulativo- nanceira e desreguladora—, a derivada da mudança climática —um processo de consequências inequivocamente negativas—, a surgida do encarecimento inevitável das principais matérias primas energéticas que empregamos, a nascida dum crescimento demográfico de efeitos muito delicados e, em m, a que emana do espólio permanente dos recursos humanos e materiais dos países do Sul. Em semelhante cenário, se a crise de 1929 serviu de alicerce à consolidação dos fascismos na Europa do decênio de 1930, a de hoje anuncia processos tanto ou mais inquietantes. A principal resposta que, perante a primeira das crises mencionadas, abraçaram os principais centros de poder, nos Estados Unidos como na União Europeia, é tão insu ciente como imoral. O seu propósito principal não é outro que sanear —com o lamentável apoio do presidente norteamericano Barack Obama— um punhado de instituições nanceiras desde há muito tempo dedicadas a práticas lamentáveis, com o objetivo paralelo de, quanto antes, voltar a fazer o que antes faziam. A esse respeito é muito signi cativo, de resto, que raramente se fale de abrir causas legais contra os responsáveis dessas instituições. É verdade que no terreno formal se defende —vejam-se as reiteradas declarações do presidente francês Nicolas Sarkozy— um capitalismo mais regulado. Compreenda-se bem o que isto, nos fatos, signi ca: quando se sugere que há que cancelar os abusos que acompanharam a

aplicação do projeto neoliberal esquece-se que este último é, ele próprio, um abuso (esquece-se também que os problemas não nascem da desregulação, mas sim do capitalismo, regulado ou não). A retórica empregada pretende por cima de tudo que esqueçamos que na realidade não há nenhum desígnio de abandonar esse projeto, como cou assente, sem ir mais longe, no fato de ninguém, nos estamentos diretores da União Europeia, defender hoje a conveniência de prescindir, sem armadilhas, dum tratado, o de Lisboa, de clara vocação desreguladora.

Mas é urgente sublinhar que hoje(novamente, de forma diferente ao acontecido após a crise de 1929) as respostas keynesianas encontram problemas extremos. Se os rigores orçamentais que despontam ao abrigo da vulgata neoliberal — unanimemente acatada pela socialdemocracia— não são irrelevantes, o principal desses problemas é, sem dúvida, o que se deriva dos limites meio-ambientais e de recursos que acossam o planeta. Os que estimam, por exemplo, que a obra pública em infraestruturas de transporte é uma resposta saudável frente à crise deverão explicar-nos quem vai utilizar as maravilhosas autoestradas que se dispõem a construir quando o litro de gasolina, dentro duns anos, custe seis, oito ou dez euros. Se o keynesianismo foi uma resposta funcional para o capitalismo no decênio de 1930, hoje, com toda evidência, a sua aplicação está carregada de problemas insuperáveis.

24.

A condição material das respostas neoliberal e keynesiana obriga a identi car uma ferida que está a sangrar: hoje, e infelizmente, a distinção entre o público e o privado tem um alcance limitado. Se a natureza dos interesses privados e dos seus jogos macabros é evidente, convém observar a ambiguidade que impregna a conduta de muitos poderes públicos claramente situados ao serviço desses interesses. Assim, a simples reivindicação do público não é suficiente. À velha demanda de socialização da propriedade soma-se a necessidade inelutável de reservarmos o direito a julgar a idoneidade, ou a falta desta, da ação dos poderes públicos num cenário no qual quase sempre são formidáveis corporações económico- financeiras que operam por trás as que ditam, com a complicitade dos nossos governantes, a maioria das regras. O esquema correspondente ajusta-se meticolosamente à bem conhecida máxima que reza «privatizemos os benefícios enquanto socializamos as perdas».

É muito significativo, além de mais, que a governantes e meios de comunicação só lhes preocupe a primeira, e a menos importante (por ser a mais facilmente resolúvel) das quatro crises que identificamos antes. Semelhante conduta apenas pode explicar-se em virtude, novamente, do propósito de salvar o projeto neoliberal e esquivar, assim, qualquer consideração séria do que vai acontecer. A esse respeito, e no entanto, a crise tem-se convertido numa formidável escusa que permite mudar as regras em terrenos delicados. A partir de 2008 empregou-se com frequência, em particular, a asseveração de o afundamento financeiro ter acabado com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ou com a luta contra a mudança climática, como se um e outro processo não estivessem mortos antes da própria

crise. Na mesma linha, sobram as razões para concluir que são muitos os empresários decididos a aproveitar a situação e, com grande satisfação, prescindir de muitos dos seus trabalhadores. Nunca se sublinhará de forma suficiente, aliás, que os 700.000 milhões de dólares inicialmente investidos no plano de resgate estado-unidense permitiriam resolver os principais problemas planetários em matéria de saúde, educação, alimentação e água. Este dado, apenas este, converte-se num fiel retrato das muitas misérias que temos entre as mãos.

Há que duvidar, por outra parte, da bondade duma percepção que desde muito tempo atrás marca poderosamente as nossas reflexões: a que sugere que, num imperturbável esquema cíclico, a uma etapa de recessão seguirá, por necessidade, outra de bonança, e a esta uma nova de recessão... até o final dos tempos. Se o problema de fundo que enfrentamos nestas horas é a desapareição da maioria dos mecanismos de freio que historicamente o capitalismo foi capaz de desenvolver, a sua manifestação mais clara hoje é a mais que razoável dúvida — facilmente perceptível no comportamento de muitos agentes económicos — de que à recessão presente siga uma etapa de bonança. A futilidade das respostas neoliberal e keynesiana aconselha concluir que, embora no curto prazo o capitalismo global —incapaz de resolver de forma crível os seus próprios problemas— possa abandonar a senda da recessão, não estará a fazer outra coisa que adiar uns anos o seu afundimento final.

Na débil discussão sobre a crise que se tem manifestado entre nós faltam visivelmente, em mim, dois elementos: uma consideração da ratificada condição de permanente injustiça e desigualdade que caracteriza o capitalismo, por um lado, e uma avaliação séria, pelo outro, dos limites meio-ambientais e de recursos do planeta. A respeito desta última há que colocar em

lugar central —como já assinalamos— o conceito de *pegada ecológica*, com a rmação paralela de que deixamos claramente atrás as possibilidades materiais que a Terra nos oferece ou, o que é o mesmo, que estamos a consumir recursos que não vão estar a disposição das gerações vindouras. Surpreende, nomeadamente, que na discussão mencionada não exista espaço nenhum, nos países ricos, para analisar de maneira séria a necessidade, evidente, de assumir um projeto franco de decrescimento na produção e no consumo. E, não obstante, bem sabemos que o crescimento econômico, idolatrado, não propicia uma maior coesão social, gera agressões meio-ambientais amiúde irreversíveis, provoca o esgotamento de recursos com os quais não vão contar os nossos lhos e netos, e, por se pouco fosse o anterior, facilita o assentamento dum modo de vida escravo que, ao abrigo da publicidade, do crédito e da caducidade, invita a concluir que seremos mais felizes quantos mais bens consigamos consumir.

Frente a toda essa sem-razão, há que defender a solidariedade e o altruísmo, a repartição do trabalho, o ócio criativo, a redução no tamanho de muitas infraestruturas, a primazia do local, a transformação radical das formas de propriedade e, por último, a sobriedade e a simplicidade voluntária. Nada disto faz parte, porém, do horizonte mental que aplicam os nossos governantes, no melhor dos casos interessados pelo que acontecerá, em dous ou três anos, ao abrigo das próximas eleições. Em semelhante magma, a crise em curso anuncia uma idade de ouro para os movimentos de contestação, que logo poderão observar como, apesar do medo e da submissão que as autoridades desejam criar, muitas pessoas estão dispostas a escutar mensagens radicais que há bem pouco cavam rapidamente no esquecimento. Já sublinhamos que, para saírem airosa-

te neste novo cenário, esses movimentos têm de combinar a contestação ativa do trabalho assalariado e da mercadoria —do capitalismo, para entender-nos— com uma consideração cabal das exigências que se derivam dos limites meio-ambientais e de recursos do planeta. Um velho lema, «socialismo ou barbárie», está hoje de maior atualidade que em qualquer outro momento da história.

25.

«A longa duração que caracteriza o ‘tempo ecológico’ opõe-se ao curto prazo em que se desenvolve a vida política, e isso por não falar do caráter instantâneo do tempo comercial» (Gilbert Rist)²¹⁸. A vida política, em boa medida determinada pelos ciclos que abrem e fecham as eleições, por lógica está em exclusivo interessada nos prazos curtos, circunstância que impede enfrentar muitos dos problemas importantes. O resultado desta aberração — bem retratado através duma a rmação do polémico Al Gore: «O mínimo —de ações, de despesas, de investimentos...— cienti camente necessário para combater o aquecimento do planeta ultrapassa amplamente o máximo politicamente tolerável para não perder as próximas eleições»²¹⁹.

Por consequência, à velha máxima que reza «não no meu pátio» deve agregar-se a de «não durante o meu mandato eleitoral»²²⁰, num cenário em que parecem justificados os receios de Castoriadis sobre tantos dirigentes políticos: «Não têm programa nenhum. O seu m é car no poder ou regressar a ele, e para ele são capazes de tudo. Clinton fez a sua campanha eleitoral sobre a base, unicamente, do que dizem as sondagens (...) e da convicção de que a opinião que ganha é a opinião pública. Como dizia alguém: ‘Sou o seu chefe, e por isso sigo-os’»²²¹.

218 Riechmann, *Gente que...*, pág. 195.

219 H. Reeves e F. Lenoir, *Mal de Terre* (Seuil, Paris, 2005), pág. 103.

220 *Ibidem*.

221 C. Castoriadis, *Post-scriptum sur l'insignifiance* (L'aube, La Tour d'Aigues, 1998), págs. 12-13.

E, porém, uma lei inelutável assinala que, quanto antes tomemos medidas, menores serão os custos que depois teremos de enfrentar. George Monbiot pergunta-se em que momento os governos chegarão à conclusão de que os custos marginais do crescimento irão ultrapassar os benefícios marginais, para concluir que esses governos não parecem ter intenção alguma de responder a esta questão: limitam-se a apostar, sem mais, no crescimento²²². É verdade que, frente a isso, o termo *decrecimiento* exhibe duas faces: ainda que é, por um lado, um conceito claro que nos empraiza diretamente ante os nossos deveres, pelo outro arrasta uma dimensão em aparência pouco atrativa e converte o projeto correspondente em algo difícil de alcançar num teatro visivelmente marcado pela capacidade que os sistemas que padecemos mostram para convencer a população de que o paraíso dos bens materiais está aqui²²³. Embora não por isso seja aconselhável deixar de defender o decrecemento, é verdade que convém medir o que fazemos, sabedores de que neste terreno os nossos movimentos serão sempre delicados: se, por um lado, corremos o risco de produzir medo, pelo outro não podemos renunciar à enunciação de princípios e ideias que ponham na frente dos olhos o que realmente acontece no planeta.

Não esqueçamos, em m, que a responsabilidade disso que sucede em modo algum é exclusividade dos dirigentes políticos: também alcança a média da cidadania, em boa medida

222 G. Monbiot, «Seule une bonne récession nous sauverait», artigo publicado em *e Guardian* (Londres) e reproduzido em *Le courrier international* (nº896, 2-9 de janeiro de 2008).

223 Veja-se A. Recio, «Apuntes sobre la economía y la política del decrecimiento», em «Decrecimiento sostenible», pág. 33.

culpável porque seja certo o que a rmou anos atrás um ministro francês do Meio Ambiente: «A crise ecológica soergue uma compreensão difusa, cognitivamente pouco in uente, politicamente marginal, eleitoralmente insigni cante»²²⁴. Temos a obrigação, assim, de considerar que é o que, quando chegar o momento, se perguntarão as gerações vindouras. Lester Brown sugere que «os nossos lhos e os nossos netos se sentirão alheios a nós. Desejarão saber como foi possível que mostrássemos semelhante imprevisão»²²⁵. Num terreno parecido, José Luis Gallero tem assinalado que, «quando chegar a hora —tanto se a casualidade nos situou do lado dos excluídos como se nos colocou do lado dos elegidos—, teremos de responder a seguinte pergunta: foste algo mais do que um funcionário do capitalismo?»²²⁶.

Não faltam os expertos que concluem que, em ausência de respostas conscientes e contundentes, só um desastre económico de dimensão planetária poderia adiar, em virtude dum processo mecânico, a manifestação da crise ecológica global. Isso bem pode ser assim apesar de que é preciso lembrar que no passado o efeito pedagógico das crises foi menor e que o comum, pelo contrário, foi que aquelas se traduzissem em situações muito delicadas. «O ser humano em situação de perigo privilegia os seus instintos de supervivência, em detrimento da sociedade. A crise de 1929 levou ao poder Hitler, os nazis, os fascistas e os franquistas na Europa, e os ultranacionalistas no

224 Latouche, *Le pari...*, pág. 257.

225 Cit. em Martin, *op. cit.*, pág. 131.

226 Cit. em J. Riechmann, «Oikos & Jaikus...», pág. 70.

Japão»²²⁷. Num sentido paralelo, convém recordar que a Rússia dos dous últimos decênios tem experimentado uma crise agudíssima que teve efeitos ecológicos saudáveis, e isso embora se saldasse, claro, com consequências sociais muito negativas...

227 Clémentin e Cheynet, *op. cit.*, pág. 12.

26.

Não pode surpreender que ao abrigo de debates como os que nos atraem neste livro proliferassem as respostas mágicas. Tem o seu sentido que façamos um esforço para observar a condição dalgumas delas, que muito nos dizem —parece— sobre o mundo contemporâneo. Nas linhas que seguem interessarmos-nos por alguns mecanismos psicológicos que rebaixam a entidade dos problemas, pela fé cega que muitos mostram no que atinge à capacidade da ciência para resolver aqueles e pelas consequências do que os expertos chamam «*efeito ressalto*».

Entre esses mecanismos psicológicos que —anunciamo-lo há um momento— servem para rebaixar, com notável artifício, a gravidade da crise em que estamos imersos, revelam-se percepções como a tendência a pensar que as cousas se resolvem espontaneamente, a ideia de que quando os problemas se manifestarem com toda a sua entidade reagiremos com força ou, em fim, a superstição de que os governantes sempre sabem o que fazer, têm soluções e meios e em modo nenhum estão subordinados a interesses *immediatistas*. Num argumento que analisa uma das sequelas destas percepções, leva razão Jorge Riechmann quando afirma que muitas pessoas passam da negação completa do problema —aqui não acontece nada— à desesperação mais absoluta —tudo está perdido—, sem nenhuma estação a metade do caminho, sendo que a fatalidade que se impõe é, claro, a complicidade com o sistema²²⁸. Há que ter também em atenção a etiqueta de *alarmistas* que tantas vezes se emprega para desqualificar as reações que não contam o

228 Riechmann, «Oikos & Jaikus...», *op. cit.*, pág. 102.

que se espera que se diga. No pior dos casos, os argumentos rejeitados por alarmistas servem para avivar as consciências em relação com problemas importantes e, talvez, para reduzir a magnitude das catástrofes anunciadas²²⁹. Em palavras de Jean-Pierre Dupuy, «se há que prevenir a catástrofe, há que acreditar na sua possibilidade antes que se produza»²³⁰. As coisas como sejam, estamos obrigados a ratificar a conclusão que formulou no seu momento Castoriadis: «Os que preconizam ‘uma mudança radical da estrutura política e social’ passam por ser ‘incorrigíveis utopistas’, enquanto aqueles que não são capazes de agir pensando num período superior a dois anos parecem, naturalmente, realistas»²³¹. Para além dessa lamentável conduta, bem sabemos que todo pensamento radical e contestatário é qualificado imediatamente de extremista, violento e patológico.

Também tem o seu relevo uma espécie de fé cega nas capacidades da ciência para resolver todos os problemas. Dizemos que essa fé é cega por uma razão que invoca Maurizio Pallante: «Confiar na potencialidade imensa da tecnologia para resolver os problemas ambientais causados pelo crescimento da potência tecnológica significa acreditar que um problema pode resolver-se fortalecendo a sua causa»²³². Não podemos eludir, noutras palavras, os riscos, não já as virtudes, que se derivam da introdução de novas tecnologias aparentemente libertadoras. Jared Diamond lembra ao respeito que muitas das expectativas

229 Reeves e Lenoir, *op. cit.*, pág. 11.

230 Cit. em Kempf, *op. cit.*, pág. 22.

231 Cornelius Castoriadis, cit. em Ridoux, *op. cit.*, pág. 91.

232 M. Pallante, «La politica ambientale indicata da Walter Veltroni nel discorso di autocandidatura alla guida del Partito Democratico (Lingotto, Torino, 23 giugno 2007)», em Pallante (dir.), *Un programma politico...*, pág. 225.

vas vinculadas no seu momento com os CFC ou com os motores dos carros esmoreceram em proveito de práticas lesivas para o meio ambiente²³³.

A asseveração de que aparecerão recursos que permitirão substituir os que estão a esgotar-se não parte, signi cativamente, de certeza nenhuma, e esquece que, em qualquer caso, a descoberta e a possibilidade de utilizar esses recursos terão de ser adiados por um tempo que provavelmente não estamos em condições de permitir-nos²³⁴. Não parece razoável aguardar, então, que a ciência resolva de maneira mágica os nossos problemas. Não seria lógico, por exemplo, construir um «ar-ranha-céus sem escadas nem elevadores sobre a base da esperança de um dia triunfarmos sobre a lei da gravitação» (Mauro Bonaiuti)²³⁵. E isso embora a sugestão tenha algum peso, derivado da recordatória de que no passado era verdade que os avanços tecnológicos permitiram substituir a lenha pelo carvão, e este pelo petróleo. A in uência de razoamentos como os que agora nos atraem é, de qualquer modo, muito poderosa. Lembre-se, por resgatar um exemplo, a patética opinião enunciada no seu momento pelo ex-primeiro ministro francês Lionel Jospin: «Controlar a energia desde a economia e empregar alternativas atuais ao petróleo —vento, sol, biomassa— não será suficiente. É vital que a ciência nos dê, para o futuro, uma fonte de energia *inesgotável e inofensiva*» (os sublinhados são nossos)²³⁶.

233 J. Diamond, *Collapse, How societies choose to fail or succeed* (Penguin, Harmondsworth, 2005), págs. 504-505.

234 *Ibidem*, pág. 206.

235 Cit. em Latouche, *La pari...*, pág. 52.

236 Cheynet, *op. cit.*, pág. 78.

Temos de referir, em m, as ilusões vinculadas com o chamado «*efeito ressalto*», que permite identi car inesperadas sequelas perniciosas do que numa primeira vista de olhos são passos na boa direção. Acumulemos a esse respeito um punhado de exemplos: o que se poupa ao introduzir lâmpadas de baixo consumo destina-se a pagar uma viagem ao Caribe que obriga a consumir muita mais energia da que se economizou; as lâmpadas que economizam energia utilizam-se mais tempo por quanto permitem poupar dinheiro; dado que os trens de alta velocidade nos levam com enorme rapidez a muitos lugares, tendemos a viajar mais longe e a fazê-lo mais amiúde, sendo que consumimos, novamente, mais energia; ao estar as nossas casas melhor isoladas, a poupança correspondente é destinada para adquirir um segundo carro; quantas mais autoestradas há, mais cresce o trânsito; a certificação dos efeitos dramáticos do caloroso verão europeu do ano 2003 em muitos casos provocou, sem mais, a compra de aparelhos de ar condicionado, que têm um impacto desastroso sobre o meio ambiente; a maior presença da Internet nas transações comerciais incrementa o número destas, sendo que a nal, os elementos de consumo de energia e a poluição crescem também, como crescem as supostas necessidades dos utentes; o desenvolvimento dos computadores não se tem traduzido num consumo menor de papel, porque incita a aceitar novas tarefas que antes eram impensáveis; a extensão do *air bag* nos carros tem conduzido, ao que parece, a um incremento no número de acidentes, por efeito dos riscos, maiores, que assumem os condutores; neste mesmo terreno, os carros que se beneficiam de medidas de segurança mais extremas são, paradoxalmente, os que pagam seguros mais altos...

Em virtude do *efeito ressalto*, os ganhos ecológicos obtidos vêm-se contrapesados por sequelas negativas. É importante su-

blinhar que não é em modo nenhum uma consequência inesperada, mas sim pelo contrário, e as mais das vezes, uma fórmula orientada a acrescentar vendas e benefícios²³⁷. Em termos gerais, parece que pode afirmar-se que a procura duma maior eficiência energética não é, por si, suficiente: a eficiência reduz os custos, estimulando a maior o investimento e o consumo de recursos, de tal forma que, «com cada segundo ganho, parte do primeiro se perde»²³⁸. Assim os fatos, parece justificar cada a afirmação de Vaclav Smil: «Seja como forem os ganhos do futuro, a evidência histórica é clara: a maior eficiência no emprego da energia conduz a um uso maior, e não a um uso menor desta»²³⁹.

237 F. Schneider, «L'effetto rimbalzo», em Bonaiuti (dir.), *op. cit.*, pág. 131.

238 Joachim Spangenberg, cit. em M. Jofra Sora, «Conversaciones con Joachim Spangenberg», en «Decrecimiento sostenible», pág. 11.

239 Cit. em P. Roberts, *The end of oil* (Bloomsbury, Londres, 2005), pág. 232.

27.

Frente às soluções mágicas o que se impõe é recolher uma recomendação formulada pelo tantas vezes citado Castoriadis. No seu livro *Uma sociedade à deriva*, Castoriadis identifica entre nós uma desapareição total da prudência, e sugere que ante isso a única posição razoável é a própria do *pater familias diligens*: «O pai de família consciente que diz: já que os problemas são enormes, e mesmo no caso de que as probabilidades de que se manifestem sejam escassas, comporto-me com a maior prudência, e não como se nada acontecesse»²⁴⁰. É óbvio que a posição em relação com a mudança climática assumida pelo governo de George W. Bush nos Estados Unidos em nada se ajustou à do *pater familias diligens*. Bastará com lembrar a esse respeito a descrição da política defendida por esse governo que escutou Elizabeth Kolbert em lábios de Paula Dobriansky, responsável de Democracia e Assuntos Globais: «Enquanto o resto do mundo industrializado persegue uma estratégia —limites nas emissões—, os Estados Unidos abraçam outra —nenhum limite nas emissões—, e ainda é demasiado cedo para decidir qual dessas duas focagens funciona melhor...»²⁴¹.

Os retos, delicadíssimos, que se derivam da nossa negativa a agir como sugere Castoriadis encontram um bel retrato na metáfora do *Titanic* que desenvolve Joaquim Sempere: «O afundamento do *Titanic* foi dramático não só, nem principalmente, porque fosse o fracasso da ilusão de a técnica ser capaz de construir um barco insubmergível. Foi-no porque

240 Castoriadis, *Une société...*, pág. 242.

241 E. Kolbert, *op. cit.*, pág. 168.

aquele barco admitia muitos mais passageiros que lugares em barcos salva-vidas. Com o naufrágio, uma parte dos passageiros estava automaticamente condenada a morrer. A nossa sociedade mundial é como o *Titanic* e, como este, está ameaçada de naufrágio, ainda que muitos alimentem a ilusão de ele ser insubmergível. Por isso a tarefa mais solidária e humanista hoje é aproveitar os anos que nos restam —antes de que seja demasiado tarde— para desmontar os camarotes e os salões de luxo do buque e com as suas madeiras e outros materiais pormo-nos a construir os barcos salva-vidas que faltam»²⁴².

242 J. Sempere, «Decrecimiento y autocontención», em «Decrecimiento sostenible», pág. 44.

28.

Temos a obrigação de voltar a uma coisa de que já falamos: muitas das sociedades tradicionais procuraram coadunar o seu modo de vida com um meio natural duradouro, frente ao comum nas nossas sociedades industriais, que teimam em ajustar-se a um modo de vida literalmente insustentável. Em muitos lugares, noutras palavras, parece evidente que a economia não goza da autonomia que desfruta entre nós: encontra-se estreitamente relacionada, e amiúde subordinada, a outros mistérios. Assim, os ecossistemas tradicionais costumam ter pouco a ver com o estancamento e com a regressão: remetem sem mais para uma evolução que se verifica à margem do culto obsessivo pelo crescimento²⁴³ e que recte outro sentido do tempo, e outro sentido da solidariedade, muito longe do individualismo aberrante das sociedades ocidentais. Em tais condições, afirmar que a nossa ordem, inspirada na modernidade, a economia, o progresso e o desenvolvimento tem um carácter *natural* é, sem mais, equivocar-se²⁴⁴.

Pierre Clastres e Marshall Sahlins demonstraram que as sociedades do passado que acostumamos qualificar de *primitivas* não eram economias da miséria, de tal maneira que, se não produziam mais, isso era assim por livre decisão, e não por impossibilidade²⁴⁵. «A sociedade primitiva atribui à sua produção um limite estrito que proíbe franquear, sob pena de ver que

243 Latouche, *Le pari...*, pág. 124.

244 Latouche, *Décoloniser...*, pág. 171.

245 P. Ariès, «La décroissance est-elle soluble dans la modernité?», em VV.AA., *Objectif décroissance...*, pág. 127.

o econômico escapa do social e se revolve contra a sociedade ao abrir a brecha da heterogeneidade, a divisão entre ricos e pobres, a alienação dos uns pelos outros» (Clastres)²⁴⁶. Num terreno similar, John Zerzan invita-nos a rejeitar a civilização que segue: «A nossa existência pré-civilizada, cheia de privações, brutalidade e ignorância, fez da autoridade um presente benevolente que nos resgatou do mundo selvagem. Ainda se fala do ‘homem das cavernas’ e do ‘neanderthal’ para recordarmos onde estaríamos se não tivesse sido pela religião, o governo e o trabalho sacralizado»²⁴⁷. Agora sabemos, porém, que «a vida antes da domesticação se baseava sobretudo no ócio, a intimidade com a natureza, o desfrute dos sentidos, a igualdade sexual e a saúde. Esta foi a nossa natureza humana durante dois milhões de anos, antes de cair escravos em mãos de religiosos, reis e chefes»²⁴⁸.

Não pode surpreender que, assim os fatos, e trasladando-nos agora para o tempo presente, o conceito de *desenvolvimento* ache difícil tradução em muitas línguas e culturas. Para traduzi-lo, os bubis da Guiné Equatorial empregam um termo em que se reúnem os verbos *crescer* e *morrer*, enquanto os ruandeses utilizam uma palavra que, mais ou menos, significa *deslocar-se*, sem nenhuma indicação de direcionalidade. Parece lícito concluir que estas dificuldades linguísticas implicam que, aos olhos de muitas sociedades (e como já o assinalamos), a sua reprodução não depende duma acumulação constante de saberes e bens que faz com que o presente seja melhor do que o

246 Cit. em *ibidem*, pág. 128.

247 J. Zerzan, *Futuro primitivo* (Nua, Valência, 2001), pág. 9.

248 *Ibidem*, pág. 10.

pasado. Em wolof, o *desenvolvimento* é identi cado com a voz do chefe, enquanto na língua eton, falada nos Camarões, a palavra correspondente pode traduzir-se por *o sono do branco*²⁴⁹.

Serge Latouche tem salientado muitas vezes o exemplo que oferece a África contemporânea, o único continente no qual se está a registrar uma cousa que merece o nome de inovação social, uma alternativa frente «ao delírio tecnoeconômico de Ocidente» e frente a um duplo naufrágio: o da descolonização e o dum desenvolvimento marcado pelo paternalismo humanista²⁵⁰. Essa África capaz de organizar-se na penúria e de inventar uma genuína alegria de viver²⁵¹ talvez seja o melhor dos cenários para avaliar as misérias do crescimento e do desenvolvimento. «De duas cousas, uma. Ou pergunta-se aos países interessados o que querem, através dos seus governos ou de inquéritos de opinião manipulados pelos meios, e a resposta não oferece então dúvida: antes que essas ‘necessidades fundamentais’ que o paternalismo ocidental lhes atribui, o que ‘eles’ querem são aparelhos de ar condicionado, computadores portáteis, frigoríficos e, por cima de tudo, carros velhos (agreguemos, claro, que tudo isto para alegria dos dirigentes, das centrais nucleares e dos carros AMX...). Ou bem escuta-se o grito que sai do coração do labrego guatemalteco: ‘Deixade os pobres tranquilos e não lhes faleis mais de desenvolvimento’. Todos os impulsores de movimentos populares, desde Vandana Shiva e Ekta Parishad na Índia, até Emmanuel Indione em Senegal, contam a mesma

249 Latouche, *Survivre...*, pág. 74.

250 S. Latouche, *Entre mondialisation et décroissance. L'autre Afrique* (A plus d'un titre, Lyon, 2007), pág. 18.

251 *Ibidem*, pág. 33.

história. Deixai os povos tranquilos, deixai que encontrem a solução aos problemas que vós mesmos criastes e não lhes imponhais mais os vossos modelos de desenvolvimento. Porque, ao cabo, se aos países do Sul lhes interessa incontestavelmente ‘rencontrar a autonomia alimentar’ é porque a perderam. Na África, até o decênio de 1960, antes da grande ofensiva do desenvolvimento, aquela existia ainda. Não é o imperialismo da colonização, do desenvolvimento e da globalização o que tem destruído essa autossu ciência ao ter agravado a dependência cada dia? Antes de car notavelmente poluída pelos resíduos industriais, á agua, com ou sem torneira, era quase sempre portátil. Pelo que diz respeito às escolas e aos centros médicos, são instituições adequadas para introduzir e defender a cultura e a saúde? Ivan Illich mostrou sérias dúvidas no que atinge à sua idoneidade no Norte. Essas reservas devem ser in nitamente maiores no que se refere ao Sul»²⁵².

A resposta africana ao anterior demonstra que é possível «sobreviver ao desenvolvimento», numa grande precariedade, com o concurso da riqueza dos laços sociais²⁵³. E ilustra também o dinamismo dos excluídos e os resultados alcançados no setor informal das economias²⁵⁴. As opiniões de Latouche bem podem servir de legítimo alicerce para uma proposta de «anticooperação» sempre que outorguemos a este termo, é claro, um significado distinto do que legitimamente lhe atribui David Llistar quando o vincula com muitas das práticas malsás a que se entregaram os países ocidentais: exigência duma dívida ile-

252 *Ibidem*, pág. 49.

253 *Ibidem*, pág. 54.

254 *Ibidem*, pág. 106.

gítima, não pagamento da dívida ecológica, comércio injusto, guerra e venda de armas, aculturação ou erosão da soberania alimentar²⁵⁵. Esse latouchiano projeto de antiooperação sublinha que mais importante que transferir recursos é deixar tranquilos os países chamados a recebê-los. Frente à comum asseveração de que há que ajudar à África, talvez devamos considerar seriamente se não é a África a que nos poderia ajudar a nós²⁵⁶.

Muitas destas chaves mentais aparecem pedagogicamente retratadas através dum relato mil vezes repetido. Recolhamos aqui a versão achegada pelo economista equatoriano Alberto Acosta: «Uma vez, um pai duma família rica levou o seu lho a uma viagem pelo campo, com o rme propósito de que compreendesse o pobres que eram as pessoas. Estiveram durante um dia e uma noite, completos, numa granja duma família labrega muito humilde. Ao concluírem a viagem, e de regresso a casa, o pai pergunta-lhe ao lho: ‘Que te pareceu a viagem?’ ‘Muito bonita, pai’. ‘Viste que pobre pode ser a gente?’ ‘Sim’. ‘E que aprendeste?’ ‘Vi que nós temos um cão em casa; eles têm quatro. Nós temos uma piscina que chega duma parede à metade do jardim; eles têm um rio que não tem m. Nós temos umas lâmpadas importadas no pátio; eles têm as estrelas. O nosso pátio chega até a parede da casa do vizinho; eles têm todo um horizonte de pátio. Eles têm tempo para conversar e estar em família; tu e a mãe tendes de trabalhar todo o tempo e quase nunca vos vejo’. Ao terminar o relato, o pai cou mudo...

255 D. Llistar, «Decrecimiento y antiooperação. ¿Ayudar a Sur creciendo?», em «Decrecimiento sostenible», pág. 17.

256 Latouche, *Entre mondialisation...*, pág. 118.

E o seu filho agregou: ‘Obrigado, pai, por me mostrares o ricos que podemos chegar a ser’»²⁵⁷.

257 Cit. em Elizalde, *op. cit.*, pág. 75.

29.

Num terreno não muito afastado, José Luis Sampedro gosta de assinalar —sempre com bom critério— que quando as sociedades são muito complexas é preciso procurar mecanismos que permitam resolver os seus problemas. Um desses mecanismos, criado no mundo ocidental nos últimos séculos e profundamente injusto —agrega—, é, naturalmente, o mercado. Ao abrigo dalguns argumentos que já tivemos a oportunidade de expressar, temos direito a perguntar, porém, se é saudável aceitar, como inevitável, a conjugação e o assentamento dessas sociedades complexas ou se, pelo contrário, há razões poderosas para rejeitá-las e, por consequência, buscar outros horizontes.

No que diz respeito a esta discussão, Yona Friedman tem sublinhado que «a alienação do homem poderia ser uma consequência de ter excedido enormemente a dimensão crítica dos seus grupos. Vivemos com mais pessoas das que podemos tolerar e com mais objetos dos que necessitamos. E isso sem nos ter convertido numa espécie biologicamente diferente»²⁵⁸. Manfred Max-Neef agrega, com a mesma vocação, que «deveremos aprender a pensar em termos duma estrutura articulada capaz de operar com uma multiplicidade de unidades de pequena escala»²⁵⁹.

A proposta deve estender-se —parece— ao âmbito laboral, no sentido que preconizava André Gorz. Em palavras de Joaquín Valdivielso, «Gorz recupera aqui o velho ideal socialista do controle dos meios de produção, aquele que o gigantismo

258 Yona Friedman, cit. em M. Max-Neef, *op. cit.*, pág. 34.

259 *Ibidem*, pág. 72.

fordista, com a sua especialização e divisão em massa do trabalho, fazia impossível, encabeçado agora por um 'artesanato *high-tech*' que permite em pequena escala produtividades mais altas do que as da grande indústria e abre assim o campo do possível a formas comunais de produção orientadas a satisfazer necessidades reais, alheias à conformação mercantil. Tratar-se-ia dum 'protocomunismo', na órbita do alterglobalismo»²⁶⁰. Num terreno paralelo, e agora nas palavras do próprio Gorz, há que salientar o acerto da afirmação que segue: «O *homo oeconomicus*, ou seja, o indivíduo abstrato sobre o qual se fundamentam os razoamentos econômicos, tem a característica de não consumir o que produz e não produzir o que consome. Por consequência, nunca considera questões tais como a qualidade, a utilidade, a insatisfação, a beleza, a felicidade, a liberdade e a moral, mas sim unicamente problemas como o valor de troca, os custos, os volumes quantitativos e o equilíbrio global»²⁶¹.

260 J. Valdivielso, *op. cit.*, pág. 32.

261 Gorz, em *ibidem*, pág. 77.

30.

Não parece fora de lugar fecharmos estas páginas com uma aproximação do que, no cantinho ocidental-meridional da Europa, nos é mais próximo. Tem sentido glosar meia dúzia de exemplos que ilustram como os governantes espanhóis de hoje —outro tanto cumpre dizer dos seus antecessores— decidiram enfrentar um punhado de questões decisivas: uma fome global que é já uma realidade, a miséria vinculada com o automóvel, o consumo doméstico de energia, a vivenda e as suas desventuras, e, em m, umas comunicações ferroviárias que —como veremos— nos dizem muitas cousas. Uma das várias vítimas da crise é a fome global que se anuncia desde tempo atrás e que parece já uma realidade. A estratégia argumental do governo espanhol é ao respeito signi cativa, na sua sugestão de que todas as explicações da natureza dessa fome remetem para fatores que escapam ao nosso controle. Sublinha-se, por exemplo, que cresceu a demanda de alimentos na China e na Índia, que se incrementaram os preços do petróleo e os custos de transporte, encarecendo-se também o preço desses alimentos, ou que a irrupção fulgurante dos agrocarburentes alterou muitos dos equilíbrios naturais nos países pobres. Ainda que o mencionado é decerto importante, há um elemento fundamental que, não obstante, raramente se invoca: os interesses especulativos, a usura, das grandes empresas transnacionais da alimentação, que depois de trabalharem durante decênios para dar cabo das agriculturas de subsistência no Terceiro Mundo, hoje, e através da monocultura, se permitem especular obscenamente com os preços. Qual tem sido a resposta do governo espanhol ante semelhante operação? Em substância, tem consistido em acrescentar de maneira notável o volume de dinheiro que se

oferece aos países pobres para que estes comprem alimentos nos mercados internacionais. Há que sublinhar quantas vezes seja preciso que essa resposta não faz senão promover os interesses especulativos das transnacionais: entrega-se dinheiro aos pobres sem nenhuma medida que garanta que essas empresas abandonam a senda da usura. Que é preciso —cumpre perguntar-se— para que um governo assuma uma intervenção num mercado? Não é suficiente a certificação de que neste caso o que está em perigo são as vidas de decenas de milhões de seres humanos?

Procuremos, porém, um segundo exemplo. O ministro espanhol da Indústria, Miguel Sebastián, apresentou a meados de 2008 uma campanha, depois ratificada pelo presidente Rodríguez Zapatero, orientada a permitir o subsídio, com recursos públicos, da compra de carros novos supostamente menos poluentes. Ainda que há motivos sólidos para recear de que esses novos carros sejam realmente menos poluentes, à margem disto a fabricação desses automóveis é ecologicamente muito mais nociva do que a dos velhos, e não pode senão surpreender que os governantes espanhóis —medidas similares foram aprovadas pelo governo bipartido na Galiza— pretendam que as ajudas de que falamos agora tenham alguma relação com a sustentabilidade. Há que perguntar-se, de qualquer modo, quando os nossos governantes convidarão os seus concidadãos a deixarem de comprar automóveis, que é literalmente o que deviam fazer. Ou, o que é o mesmo, quando terão a coragem de enfrentar-se com clareza aos interesses da poderosa indústria automobilística.

O terceiro caso é preciso vinculá-lo, também, com uma iniciativa do ministro espanhol da Indústria, quem no verão de 2008 anunciou uma redução de 10% no consumo energético

da maquinaria político-administrativa que dirigia. Se a medida, embora insu ciente, era digna de louvor, há que perguntar ao ministro Sebastián uma coisa importante: quais são as razões pelas quais não diz aos seus concidadãos que também eles devem reduzir sensivelmente o consumo de energia. A resposta é simples: porque acarretaria entrar em colisão, mais uma vez, com os interesses das empresas privadas. Nos últimos anos apenas num âmbito, o da água, se registraram claras recomendações das diferentes administrações públicas orientadas a facilitar a redução do consumo. Não pode ser casualidade que até agora a da água fosse uma economia fundamentalmente pública. É sabido que nos últimos anos um grupo de organizações tem desenvolvido uma campanha que nos invita a deixar de consumir eletricidade, durante um tempo breve, uma tarde por ano. Em 2007, a ministra espanhola de Meio Ambiente, Cristina Narbona, decidiu apoiar essa campanha, de evidente cariz simbólico. O dia seguinte tivemos a oportunidade de escutar as declarações miseráveis dos responsáveis das empresas elétricas, que protestavam perante o que consideravam uma intromissão do poder político na lógica da livre concorrência. Apesar da conduta da depois destituída Narbona, os nossos governantes —digamo-lo novamente— não estão dispostos, nem sequer em proveito do bem comum que dizem abraçar, a contestar os interesses das empresas privadas.

Enfrentemos um quarto exemplo: salvo medidas de caráter menor e ine cácia manifesta, os nossos poderes públicos pouco ou nada zeram para garantir o direito constitucional a uma vivenda digna. Tudo o aram à perspectiva de que o mercado, com a sua mão invisível, resolvesse problemas e disfunções. A certa cação, fácil, de que não tem sido assim em modo nenhum provocou políticas corretoras num cenário no qual socialistas e

populares se moveram entre nós por caminhos similares, enfeitados amiúde por lamentáveis fórmulas de financiamento dos orçamentos dos concelhos. Neste quadro, a medida introduzida em 2007 pelo governo espanhol, e que se propunha conceder uma ajuda de 210 euros por vivenda para facilitar o acesso dos jovens ao aluguer de vivendas, parecia ratificar os piores prognósticos. As ajudas em questão em modo algum respondiam ao legítimo objetivo de pôr freio à usura que inspira tantos comportamentos neste terreno: cumpria evitar, mais uma vez, que as sacrossantas regras do mercado se vissem alteradas. As coisas como se apresentavam, os preços dos alugueres deviam ficar inalterados, ou, melhor ainda, deviam crescer em virtude das imposições dos proprietários das vivendas, por lógica dispostos a obter benefícios das ajudas governamentais. Claro que não se trata só disso: no quadro das políticas de resposta perante a crise, o governo espanhol parecia firmemente decidido a apoiar a construção de novas vivendas de proteção social num Estado no qual, segundo uma estimação, há mais dum milhão de vivendas sem vender. Compreenda-se bem o que isto significa: há um milhão de proprietários que gostariam vender uma vivenda. Não é que falem, claro, compradores: o que acontece é que estes últimos não têm recursos para adquirir essas vivendas. Parece razoável submeter a natureza a novas agressões, através da prossecução da voragem imobiliária, quando as vivendas já construídas satisfazem com excesso a procura existente?

A manifestação mais clara das misérias que agora nos interessam é a que proporciona, contudo, a alta velocidade ferroviária. É surpreendente que sejam tão poucas as vozes —eis o apoio que o projeto correspondente tem merecido, entre nós, na Galiza, do lado das três forças políticas com representação

parlamentar, bem ilustrado pela patética concentração que o Bloco Nacionalista Galego alentou há um ano, na raia de Zamora, para reivindicar um trem de alta velocidade que comunicasse a Galiza com Madrid!—as que denunciam o que parece evidente: à margem de acarretar agressões meio-ambientais injustiáveis, as linhas de alta velocidade reclamam, no seu proveito, o desvio de recursos faraônicos que, melhor aplicados, teriam permitido modernizar uns caminhos de ferro convencionais progressivamente abandonados, porém, com o curioso argumento de não serem rendíveis. Por consequência, as partes mais marginadas da geografia vão perder terreno num cenário em que a alta velocidade melhora as comunicações entre os grandes núcleos de população enquanto piora as dos restantes. No caso da Galiza, e para além do anterior, manifesta-se a loucura duma linha de alta velocidade que deve comunicar Corunha e Vigo com três estações no seu percurso —Compostela, Vila-Garcia e Ponte-Vedra—, provocando o previsível fechamento de todas as demais até agora existentes; é fácil imaginar, aliás, o trem a acelerar na saída da estação de Vila-Garcia para frear imediatamente na entrada de Ponte-Vedra, a 25 quilómetros de distância! Para que nada falte, em fim, as classes populares parecem festejar com alegria a construção, com os impostos que pagam, de novas linhas que serão utilizadas pouco menos que em exclusivo, claro, pelos integrantes das classes adinheiradas: o mundo ao revés. É importante salientar, ao cabo, que a maioria dos bilhetes de trem que se demandam são para trajetos inferiores aos 50 quilómetros, trajetos nos quais, por lógica, a alta velocidade de nada serve. Esta última não parece ter maior efeito, de resto, em matéria de redução do trânsito rodoviário. Exige, aliás, tecnologias que consomem grandes quantidades de energia: viajar a 300 quilómetros por

hora consome nove vezes mais energia do que viajar a 100²⁶². Tem um por força que concluir que são os interesses duma reduzida minoria da população —os dos executivos que precisam mover-se com enorme rapidez— a explicarem a irrupção de meios de transporte que, antiecológicos, antissociais e desertizadores, configuram um retrato capital de por onde discorrem as nossas sociedades.

262 Pallante, *op. cit.*, pág. 219.

Bibliografia

- Ariès, Paul (2002). *Pour sauver la Terre: l'espèce humaine doit-elle disparaître?*. L'Harmattan, Paris.
- (2005). *Décroissance ou barbarie*. Golias, Villeurbanne.
- (2006). *No conso. Manifeste pour la grève générale de la consommation*. Golias, Villeurbanne.
- (2007). *Le mésusage. Essai sur l'hypercapitalisme*. Parangon/Vs, Lyon.
- Bauman, Zygmunt (2007). *Vida de consumo*. Fondo de Cultura, Madrid.
- Besson-Girard, Jean-Claude (2005). *Decrescendo cantabile. Petit manuel pour une décroissance harmonique*. Parangon/Vs, Lyon.
- Boisvert, Dominique (2005). *L'ABC de la simplicité volontaire*. Écosociété, Montréal.
- Bonaiuti, Mauro (dir.) (2003). *Obiettivo decrescita*. Missionaria Italiana, Bolonha.
- Boutaud, Aurélien; Gondran, Natacha (2009). *L'empreinte écologique*. La découverte, Paris.
- Cacciari, Paolo (2006). *Pensare la decrescita. Sostenibilità ed equità*. Intra Moenia, Nâpoles.
- Castoriadis, Cornelius (1998). *Post-scriptum sur l'insignifiance*. L'aube, La Tour d'Aigues.
- (2005). *Une société à la dérive*. Seuil, Paris.
- Cheyne, Vincent (2006). *Objectiu decreixement*. Leqtor, Barcelona.
- (2008). *Le choc de la décroissance*. Seuil, Paris.
- Cochet, Yves (2009). *Antimanuel d'écologie*. Bréal, Rosny-sous-Bois.
- Diamond, Jared (2005). *Colapso. Ascensão e queda das sociedades humanas*. Gradiva, Lisboa.
- Euli, Enrico (2007). *Casca il mondo! Giocare con la catastrofe*. Meridiana, Molfetta.
- García Camarero, Julio (2009). *El crecimiento mata y genera crisis terminal*. Catarata, Madrid.

- Georgescu-Roegen, Nicholas (2007). *Ensayos bioeconómicos*. Catarata, Madrid.
- Gesualdi, Francesco; Centro Nuovo Modello di Sviluppo (2005). *Sobrietà. Dallo spreco di pochi ai diritti per tutti*. Feltrinelli, Milano.
- Gorz, André (2008). *Crítica de la razón productivista*. Catarata, Madrid.
- Guibert, Bernard; Latouche, Serge (dirs.) (2006). *Antiproduktivisme, altermondialisme, décroissance*. Paragon/Vs, Lyon.
- Hamilton, Clive (2006). *El fetiche del crecimiento*. Laetoli, Iruña.
- Jacquard, Albert (1998). *L'équation du nénuphar*. Calmann-Lévy, Paris.
- Kempf, Hervé (2007). *Comment les riches détruisent la planète*. Seuil, Paris.
- Larroustou, Pierre (2009). *Crise. La solution interdite*. Desclée de Brover, Paris.
- Latouche, Serge (2004). *Altri mondi, altre menti, altrimenti*. Rubbettino, Soveria Mannelli.
- (2004). *Survivre au développement*. Mille et une nuits, Paris.
- (2005). *Décoloniser l'imaginaire*. Paragon/Vs, Lyon.
- (2005). *L'occidentalisation du monde*. La découverte, Paris.
- (2006). *Le pari de la décroissance*. Fayard, Paris.
- (2007). *Entre mondialisation et décroissance. L'autre Afrique*. A plus d'un titre, Lyon.
- (2007). *Petit traité de la décroissance sereine*. Mille et une nuits, Paris.
- Linz, Manfred; Riechmann, Jorge; Sempere, Joaquim (2007). *Vivir (bien) con menos*. Icaria, Barcelona.
- Lovelock, James (2007). *The revenge of Gaia*. Penguin, Harmondsworth.
- Naredo, José Manuel (2006). *Raíces económicas del deterioro ecológico y social*. Siglo XXI, Madrid.
- Paccalet, Yves (2006). *L'humanité disparaîtra, bon débarras!*. Arthaud, Paris.
- (2007). *Sortie de secours*. Arthaud, Paris.
- Pallante, Maurizio (2007). *Discorso sulla decrescita*. Luca Sossella, Roma.

- (dir.) (2008). *Un programma politico per la decrescita*. Per la decrescita felice, Roma.
- (2009). *La decrescita felice. Le qualità della vita non dipende dal Pil*. Per la decrescita felice, Roma.
- (2009). *Decrescita e migrazioni*. Per la decrescita felice, Roma.
- Pelt, Jean-Marie (2004). *La solidarité chez les plantes, les animaux, les humains*. Fayard, Paris.
- Ridoux, Nicolas (2006). *La décroissance pour tous*. Parangon/Vs, Lyon.
- Riechmann, Jorge (2004). *Gente que no quiere viajar a Marte*. Catarata, Madrid.
- Rist, Gilbert (2002). *El desarrollo: historia de una creencia occidental*. Catarata, Madrid.
- VV.AA. (2003). *Objectif décroissance. Vers une société harmonieuse*. Silence, Lyon.
- VV.AA. (2006). «Décroissance et politique», monografía de *Entropia* (n°1, outono).
- VV.AA. (2008). «Decrecimiento sostenible», monografía de *Ecología política* (n°35).
- VV.AA. (2008). "¿Dónde están los límites de nuestras necesidades?", monografía de *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global* (n°102).
- VV.AA. (2009). *El decreixement per salvar la Terra*. Una Sola Terra, Barcelona.
- Zerzan, John (2001). *Futuro primitivo*. Numa, Valência.



Decrescimento, crise, capitalismo foi enviado
para a imprensa nos últimos dias
de junho de 2010



O capitalismo de hoje não é apenas responsável por injustiças e explorações que têm como vítimas seres humanos: é responsável também por poderosíssimas agressões contra o meio natural, traduzidas num perigoso crescimento da pegada ecológica que reduz sensivelmente os direitos e possibilidades das gerações vindouras. Neste livro defende-se a necessidade de abrir uma nova frente de luta contra o capitalismo da mão da reivindicação de reduções signi- cativas nos níveis de produção e de consumo no Norte desenvolvido, acompanhadas da defesa paralela da primazia da vida social, da repartição do trabalho, da recuperação do local e da autogestão generalizada.

Carlos Taibo é professor de Ciência Política na Universidade Autónoma de Madrid. Os seus últimos livros em galego-português são *Fendas abertas. Seis ensaios sobre a questão nacional* (2008) e *Parecia não pisar o chão. Treze ensaios sobre as vidas de Fernando Pessoa* (2010).